



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Mônica Raquel de Souza Lopez

Surdos e Humor:

**Uma observação do funcionamento da ironia como resistência e
protesto à luz da Análise de Discurso**

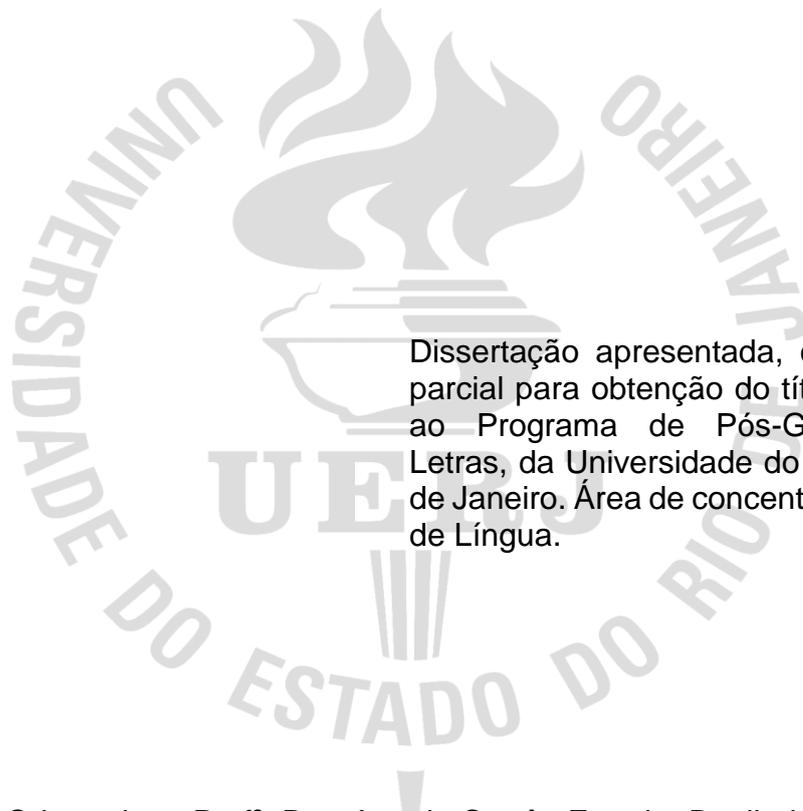
Rio de Janeiro

2024

Mônica Raquel de Souza Lopez

Surdos e Humor:

**Uma observação do funcionamento da ironia como resistência e protesto à luz
da Análise de Discurso**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a. Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

L864

Lopez, Mônica Raquel de Souza.

Surdos e humor: uma observação do funcionamento da ironia como resistência e protesto à luz da análise de discurso / Mônica Raquel de Souza Lopez. – 2024.

104 f.: il.

Orientadora: Angela Corrêa Ferreira Baalbaki.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Surdos – Humor, sátira, etc. – Teses. 3. Ironia – Teses. 4. Instagram (Rede social on-line) - Humor, sátira, etc. – Teses. 5. Língua brasileira de sinais – Teses. I. Baalbaki, Angela Correa Ferreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085-056.263

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mônica Raquel de Souza Lopez

Surdos e Humor:

**Uma observação do funcionamento da ironia como resistência e protesto à luz
da Análise de Discurso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 11 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Fernanda Moraes D' Olivo
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Luciane Cruz Silveira
Instituto Nacional de Educação de Surdos

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria da Graça Ribeiro Lobo, que me proporcionou a verdadeira educação superior.
Esta é só mais uma história para contar quando ela acordar.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e Pai, Dador da vida e de tudo que a sustenta- Jeová, cuja instrução preconiza fazer honesta e humildemente o melhor que se pode com as condições que se tem.

Aos meus “amigos abrigos” pelo acolhimento, literal, em vista de intempérie climática, e ainda mais pelo acolhimento afetivo em tempos de emoções e acontecimentos tempestuosos.

À comunidade Surda com a qual convivo, pelo universo linguístico e cultural que para além de conhecimentos, coleciono afetos. Em especial aos meus familiares, como minha irmã Silvânia Duru Nóbrega que me fez SODA/ CODA por maioria de votos.

À minha querida orientadora, professora Angela Baalbaki, profissional que tanto admiro, que há mais de uma década despertou em mim interesse pela Análise de Discurso e enxergou potencial em minhas produções, quando eu mesma não conseguia ver nada disso, me levando a apresentar trabalhos até fora do país. Imagino quão desafiador seja orientar uma pesquisadora de mente tão inquieta como é a minha. Obrigada pelas estratégias e paciência ao direcionar meu olhar quando este era desviado para outras paisagens através das muitas “janelas” que geralmente abro.

Aos demais membros da banca examinadora pelo empenho e valiosas contribuições especialmente na finalização desta pesquisa.

A todos que de alguma forma me animam, fortalecem e impulsionam para prosseguir; com esse apoio posso seguir em frente, mesmo me faltando um pedaço. Sigo diferente, mas prossigo. A vocês, minha sincera gratidão.

Mesmo no riso, o coração talvez sinta dor...

Provérbios 14:13

RESUMO

LOPEZ, Mônica Raquel de Souza. *Surdos e humor: uma observação do funcionamento da ironia como resistência e protesto à luz da análise de discurso*. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta pesquisa busca discutir o funcionamento discursivo do humor, especialmente pela observação da ironia como resistência e protesto. Tem por base os fundamentos da Análise de Discurso materialista propostos por M. Pêcheux (1975, 1983) encontrados nos trabalhos de Orlandi (2015), princípios da Análise fílmica e diferentes materialidades discursivas com base nos trabalhos de Lagazzi (2011, 2013, 2017, 2019) e Vanoye (2008), bem como noções de Análise de Discurso Digital, tal como proposto por Dias (2016) e D' Andrea (2020). Além disso, também foram utilizadas pesquisas sobre textualidade diferida (Peluso, 2018, 2019) e o trabalho sobre humor e discurso de Oliveira (2018). O corpus de análise é composto por um vídeo postado em ambiente digital conhecido como rede social - Instagram. Nele, cinco amigos surdos revezam-se para relatar situações reais por cada um experienciadas. Recorrem à ironia, para produzir efeito de humor enquanto mostram indignação diante do que está sendo descrito. No viés da Análise de Discurso materialista, o trabalho aborda noções de posição sujeito e condições de produção (Orlandi, 2015), enunciado e deslocamento histórico (Guimarães, 2020), entre outras. Apresenta os efeitos da "interdição" das línguas de sinais (Baldaki; Caldas, 2014), acontecimento marcado pelas resoluções de 1880 no Segundo Congresso Internacional de Educação de surdos realizado em Milão, na Itália, o que fez com que as associações de surdos se tornassem um refúgio linguístico, o ponto de encontro onde a língua circulava, era preservada e se desenvolvia. Trazendo para condições de produção contemporâneas, aborda o encontro nas plataformas digitais onde se percebe o efeito do humor (irônico) na resistência e afirmação da existência do sujeito surdo.

Palavras-chave: funcionamento do humor na análise de discurso; surdos e textualidade diferida; materialidades discursivas fílmica e digital.

ABSTRACT

LOPEZ, Mônica Raquel de Souza. *Deaf people and humor: an observation of the functioning of irony as resistance and protest in the light of Discourse Analysis*. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research seeks to discuss the discursive functioning of humor, especially by observing irony as resistance and protest. It is based on the foundations of materialist Discourse Analysis proposed by M. Pêcheux (1975, 1983) found in the works of Orlandi (2015), principles of film Analysis and different discursive materialities based on the works of Lagazzi (2011, 2013, 2017, 2019) and Vanoye (2008), as well as notions of Digital Discourse Analysis, as proposed by Dias (2016) and D' Andrea (2020). Furthermore, research on deferred textuality (Peluso, 2018, 2019) and the work on humor and discourse by Oliveira (2018) were also used. The analysis corpus consists of a video posted on a digital environment known as social network - Instagram. In it, five deaf friends take turns reporting real situations they each experienced. They resort to irony, to produce a humorous effect while showing indignation at what is being described. In the vein of materialist Discourse Analysis, the work addresses notions of subject position and conditions of production (Orlandi, 2015), utterance and historical displacement (Guimarães, 2020), among others. It presents the effects of the "ban" on sign languages (Baaldaki; Caldas, 2014), an event marked by the 1880 resolutions at the Second International Congress on Education for the Deaf held in Milan, Italy, which caused deaf associations to become a linguistic refuge, the meeting point where the language circulated, was preserved and developed. Bringing it to contemporary production conditions, it addresses the encounter on digital platforms where the effect of (ironic) humor on the resistance and affirmation of the existence of the Deaf subject is perceived.

Keywords: functioning of humor in discourse analysis; deaf people and deferred textuality; film and digital discursive materialities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ADD	Análise de Discurso Digital
FD	Formação Discursiva
L1	Primeira língua
L2	Segunda língua
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
LS	Língua de Sinais
MNM	Marcações não manuais
SD	Sequência Discursiva
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1	Noções de Análise de Discurso	15
1.1.1	<u>Discurso</u>	16
1.1.2	<u>Ideologia</u>	16
1.1.3	<u>Formações Discursivas</u>	18
1.2	Noções de Análise fílmica	20
1.3	Noções de Análise do Discurso Digital	24
2	A TEXTUALIDADE DIFERIDA DAS LÍNGUAS VISUAIS	29
3	UMA LÍNGUA INTERDITADA- BREVE HISTÓRICO	45
3.1	Movimentos Surdos e Resistência	47
3.2	Condições de Produção- o encontro nas plataformas digitais	52
4	HUMOR NA AD- O FUNCIONAMENTO DA IRONIA NESTA PROPOSTA DE ANÁLISE	57
4.1	Constituição do Corpus	59
4.2	Proposta de Análise	65
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa que apresentei em meu pré-projeto, envolvia a temática de direitos linguísticos, surdos e língua de sinais. Para tal, minha análise teria como *corpus* editais de concursos de determinada instituição de ensino em uma verificação da presença da ausência.

Sendo a área educacional a mais procura por surdos enquanto formação acadêmica, propunha-se a verificar a falta da presença de surdos em diversas áreas de conhecimento. Partia da hipótese de que uma forte contribuição para este fato se devesse a, em geral, não haver por parte das instituições de ensino, informações ou divulgação sobre seus cursos na língua de conforto para surdos sinalizantes, ou seja, a língua de sinais.

Em meu convívio com surdos, tanto em minhas relações familiares quanto sociais em diversos espaços, vejo que estes, como qualquer outro grupo de pessoas, têm interesse por diferentes campos, mas, frequentemente a escolha é, não pela área de conhecimento em si, de seu desejo, interesse ou curiosidade, mas se terá ou não acessibilidade linguística.

Ter ou não língua de sinais, ainda que de forma parcial ou precária, como infelizmente acontece até mesmo em instituições que se dizem acessíveis, passa a ser o critério para escolha do sujeito surdo quanto ao que irá estudar.

Em vista de tais vivências e constatações, meu interesse era em refletir sobre a ausência de surdos em determinados campos pela ausência da oferta da língua de sinais. Receber a indicação para bolsa CAPES em vista da minha classificação no processo seletivo foi incentivador porque ratificou a relevância de meu projeto.

No entanto, logo após a aprovação, precisei lidar com as dolorosas etapas do luto devido à repentina e devastadora perda de minha mãe. Ainda que lembrar da empolgação e do orgulho dela com a minha aprovação para o Mestrado em Linguística, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tenha um efeito propulsor em mim, percebi que não teria condições psicológicas para trabalhar Análise de Discurso com um *corpus* constituído por recortes de editais, o que exigiria me

debruçar na busca por números, dados estatísticos. Então, minha proposta de pesquisa começou a mover-se.

No trabalho de conclusão de uma das primeiras disciplinas do curso, a disciplina - Análise de Discurso: diversidade, acessibilidade e inclusão, ministrada professora Angela Baalbaki, também orientadora desta pesquisa, trabalhei o efeito do humor em discursos sinalizados em rede social. Na ocasião, usei a expressão rede social, mais a frente nesse trabalho, justifico a escolha por expressões como ambiente ou plataforma digital.

No desenvolvimento de tal atividade, na construção de um *corpus* de materialidade fílmica para minha análise, utilizei vídeos que eu já havia salvo em meus arquivos pessoais para utilizar em minhas aulas. Após a seleção, recorte e análise, me envolvi mais com meu *corpus* e este foi tomando forma que não caberia apenas no trabalho de conclusão da disciplina, assim, decidi tomar esse caminho para minha pesquisa, com tema e corporeidade linguística diferente da proposta inicial.

Tampouco a pesquisa pretende caber aqui, tendo posto que “é, pois, necessário, para os que praticam a análise de discurso, aceitar a condição de não colocar o ponto final. Entregar-se ao prazer da descoberta em cada passo” (Orlandi, 2006, p. 7).

Desta forma, o que a princípio seria marcado pela falta, pela ausência, pelo não acesso através de dados documentais, passou a ser a presença, o se colocar, e resistir, ainda sob o viés dos direitos linguísticos de sujeitos surdos com o título aqui proposto: “Surdos e Humor: uma observação do funcionamento da ironia como resistência e protesto à luz da Análise de Discurso”.

Minha proposta passou a ser, portanto, analisar o funcionamento do humor irônico no encontro surdo-surdo nas plataformas digitais onde movimentos de denúncias, protestos e demais práticas de gestos de interpretação sociais acontecem.

Com a possibilidade de elaboração e compartilhamento dos dizeres em Libras registrados em vídeo, tais condições de produção digitais permitem movimentos de resistência, revolta ou desabafo. Espaço para as comunidades surdas manifestarem sua língua e cultura, sendo meu interesse investigar especialmente as falas irônicas.

Este trabalho apresenta no primeiro capítulo a fundamentação teórica que norteia a pesquisa. Tendo em vista a materialidade linguística constituinte do *corpus*, trataremos de noções da análise fílmica, bem como noções da análise de discurso digital além da Análise de Discurso que nos é basilar, de filiação francesa. Historicidade e condições de produção serão abordadas, bem como as rupturas de evidências sobre determinados saberes linguísticos (língua portuguesa e Libras) e formulações a respeito da constituição do sujeito surdo.

No capítulo dois, falaremos sobre a língua imposta, aquela nacional oficial, e a língua que diz no sujeito, a língua fluida conforme posto por Orlandi (2013), que escolhemos nos referir como “língua de conforto”. Trataremos da textualidade diferida em vista da diferença na modalidade linguística da língua de sinais, uma língua de materialidade visual cujas formas de registro diferem da convenção escrita das línguas sonoras. Apresentaremos como as vídeos-gravações podem funcionar como registros legítimos da língua de sinais conforme posto por Peluso (2018).

O terceiro capítulo apresentará um breve histórico envolvendo a interdição pela qual as línguas de sinais passaram por praticamente um século. As marcas da historicidade diante de tal passado de “censura” podem ser apreendidas no desconhecimento e preconceitos linguísticos ainda percebidos em relação ao sujeito surdo, sua língua e a invisibilidade de suas potencialidades. Veremos, no entanto, em torno de tal contexto, os movimentos de resistência da comunidade surda.

A constituição do *corpus* de materialidade fílmica e a proposta de análise propriamente dita serão considerados no quarto capítulo, quando à luz da análise do discurso veremos os efeitos do humor irônico como forma de resistência, expressão de indignação e protesto.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A complexidade deste trabalho reside principalmente na constituição de sua materialidade significativa, uma vez que seu *corpus* é produzido em língua de sinais, ou seja, uma língua na qual o elemento visual-espacial é sua própria essência. É nesta dimensão visual que as línguas de sinais expressam, funcionam e significam, o que explica adotarmos uma abordagem multifacetada em nossa análise.

Considerar princípios da análise fílmica nos é importante devido ao formato em vídeo, que captura nuances dos sinais, gestos e expressões faciais inerentes à língua visual. Além disso, por estar disponível na Web, fez-se necessário incorporar a análise do discurso digital para entender como as plataformas digitais e suas dinâmicas afetam a recepção e a circulação do discurso. E, obviamente, a análise do discurso materialista de filiação francesa que escolhemos praticar ao examinar as relações de poder, ideologia e as condições de produção refletidas no discurso em língua de sinais.

Importam as palavras usadas, assim como a sintaxe do texto, no caso da materialidade verbal. Importam as imagens em seus vários elementos constitutivos, tais como as cores, a relação luz e sombra, a perspectiva, os traços no caso da materialidade visual. E no caso de um texto alocado no espaço digital, importam também os links, muitas vezes o movimento de imagens, a sonoridade e a musicalidade, em caso de vídeos. Enfim, são muitas as materialidades significantes sobre as quais os leitores se debruçam em seus percursos de interpretação. (Lagazzi, 2011, p. 499)

Embora Lagazzi (2011) não se refira à língua de sinais ao tratar de diferentes materialidades significantes, seu pensamento exprime de certa forma o que buscamos apresentar neste trabalho com a análise do discurso que tem na língua de sinais sua materialidade linguística.

A análise de tal composição de diferentes materialidades que se conectam e juntas significam, nos levou a adotar uma abordagem interdisciplinar, que considere os aspectos linguísticos, os contextos sociais, culturais, tecnológicos, as formas de registro e circulação que moldam a produção e a apreensão de sentidos dos discursos. Trata-se, portanto, de camadas de análise interligadas que destacam a riqueza e a profundidade do texto.

Para introduzir a teoria que sustentará as análises posteriores, examinaremos algumas noções da Análise do Discurso (AD). Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica que não se concentra apenas na análise da estrutura linguística, mas interessa examinar como o discurso espelha ideologias, como envolve relações de poder, como ele é tanto socialmente construído quanto influencia a sociedade.

Nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (Orlandi, 2015, p. 17)

Assim, diferente de outras abordagens tradicionais da linguística, que se concentram principalmente na estrutura da língua e na gramática, a AD examina como as palavras, frases e textos são usados em situações específicas, como o pensamento e as atitudes do sujeito são atravessados pela ideologia e afetados pela história.

A AD tem sido utilizada em diversos contextos, como por exemplo na análise de discurso político, midiático, literário, educacional nos estudos das ciências sociais entre outros. Trata-se, portanto, de um campo de investigação diversificado com várias noções teóricas e metodológicas. Não é, portanto, uma abordagem única e definitiva. Mesmo quando praticada na mesma linha teórica apresentará diferentes perspectivas a depender do analista, e ainda que a mesma linha seja praticada pelo mesmo analista, diante do mesmo objeto, apresentará enfoque diferente a depender do momento no qual a análise acontece e da questão que investiga.

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista aliás formulando uma questão diferente também poderia mobilizar conceitos diversos fazendo distintos recortes conceituais (Orlandi, 2015, p. 25).

Tendo em vista as diferentes perspectivas teóricas com abordagens diversas dentro da AD, é importante mencionar que praticamos nesta pesquisa os

pressupostos teóricos da AD de Linha Francesa cujas raízes encontram-se nos estudos de Michel Pêcheux. Uma teoria e um método para depreender sentidos, entender como a linguagem é usada para construir significados e representar o mundo. Ela oferece uma possibilidade de investigar como a linguagem molda nossa compreensão do mundo, influencia dizeres e reflete relações de poder.

1.1 Noções de Análise de Discurso Materialista

As pesquisas de Pêcheux se destacam como base para os estudos de Orlandi. A partir das ideias de Pêcheux, Orlandi começa a elaborar sua própria abordagem em relação à compreensão das conexões entre linguagem, ideologias e poder. Devido às valiosas contribuições para a Análise de Discurso, que tais estudos apresentam, os elegemos para fundamentar e conduzir este trabalho.

Como nos traz Orlandi (2015), a AD é “herdeira de três regiões do conhecimento” a saber- a psicanálise, a linguística e o materialismo histórico, porém, “não o é de modo servil”. Não permite, portanto, que seja reduzida, limitada ou dependente de cada uma dessas regiões individualmente, antes acontece na “confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras”, mas, também confronta tais campos dos quais emerge. Neste respeito lemos em Orlandi (2015) que a AD

Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca na psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (Orlandi, 2015, p.18)

É em tal região fronteira, ou como também citado por Orlandi (2015), no entremeio de tais disciplinas, que se encontra o objeto da análise, o Discurso, a ideologia e conseqüentemente as Formações Discursivas (FDs), noções estas que passamos a tratar brevemente a seguir.

1.1.1 Discurso

Iniciemos nossas considerações das noções básicas de conceitos na AD pensando na própria noção de Discurso, mas, a partir do que ele não é. Para a AD não se trata de mera exposição oral ou fala individual, também não se refere a apenas um conjunto de palavras ou textos propriamente ditos, tampouco refere-se a mera transmissão de informações, ou passar uma mensagem.

Segundo Orlandi (2015, p. 19) o discurso “distancia-se do modo como o esquema elementar de comunicação dispõe seus elementos” uma vez que o esquema emissor/ mensagem/ receptor, sugere uma espécie de jogo com intenções meramente comunicativas, como se fosse possível um esquema de papéis e momentos pré-determinados, estabelecidos e sequenciados entre emissor da mensagem e o receptor dela. Vejamos a complexidade do processo:

Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso... São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade... são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (Orlandi, 2015, p. 19).

Tendo sido exposto que discurso é efeito de sentidos, pode ser considerado onde os sentidos são construídos e atribuídos, onde são criadas representações e significados influenciados pelas perspectivas ideológicas e pelas relações de poder presentes na sociedade. Portanto, discurso está relacionado com uma prática social, um conceito amplo que envolve fatores sociais, políticos e culturais.

Atrelado à noção de discurso, entramos em outro conceito no viés da AD, trata-se da noção de ideologia, presente nas considerações anteriores, mas que agora daremos enfoque.

1.1.2 Ideologia

Ao traduzir o livro “O Discurso: estrutura ou acontecimento” de Michel Pêcheux, Orlandi sublinha em sua nota ao leitor que Pêcheux neste trabalho:

Avança pelos entremeios não deixando de levar em conta a presença forte da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, mesmo percorrendo agora esse espaço das “múltiplas urgências do cotidiano”, interrogando essa necessidade de um mundo semanticamente normal do sujeito pragmático. Região de equívoco em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia. (Orlandi [1990], Pêcheux 2015, p. 9)

Ao interrogar a necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, isto é, normatizado, (p.34) do sujeito pragmático – “isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida” (p.33) nos colocamos nessa região do equívoco onde a ideologia se faz presente.

Em qualquer discurso é possível depreender diferentes interpretações e por serem as interpretações ambíguas ou imprecisas, há a presença de lacunas, contradições e como em qualquer produção linguística, falhas.

Algumas de suas manifestações são as falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambiguidades, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema. Dizemos, com Pêcheux (1988), que todo o enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um (Ferreira, 2001, p. 14-15).

Região do equívoco, entendida através da concepção da AD sobre a língua e pela compreensão de que o discurso não é transparente, é nessa região que a ideologia opera, ao preencher as lacunas com significados ideológicos. Área incerta que terá uma concepção de acordo com crenças e valores ideológicos.

Na AD, busca-se identificar e desvelar como a ideologia atua nesses espaços. Neste respeito, Orlandi (2015, p. 90), resume a noção de língua, trabalhada na análise de discurso, “como um sistema sujeito a falhas”, e a noção de ideologia como “constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos”.

Em tal perspectiva, da AD praticada por Pêcheux, ideologia não é apenas um conjunto de crenças, ideias ou representações, mas é vista como um componente

central na constituição do sujeito e na construção de sentidos nos discursos. Diferente do senso comum, ao falar de ideologia não estamos falando de visão de mundo, a “ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (Orlandi, 2015, p. 46).

Assim posto, é possível depreender que os sentidos são ideologicamente construídos, e muitas vezes refletem e perpetuam ideologias dominantes. Desde a escolha de palavras, formulações, estruturas sintáticas e discursivas, até o modo como as informações são apresentadas ou os dizeres são postos em circulação, a ideologia atravessa e influencia a produção do discurso e a compreensão de como o discurso é produzido, circula e adquire significado em uma sociedade ainda que não se perceba sua presença.

Esse não se dar conta de ser atravessado pela ideologia ao construir sentidos é o que a AD considera como esquecimento ideológico. Sobre sua natureza e efeitos, lemos em Orlandi (2015, p. 33) que “ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”. Temos a ilusão de controle e transparência da linguagem, no entanto somos interpelados pela ideologia independentemente da própria vontade.

Parafraseando a psicanálise, Orlandi nos diz que “se pode considerar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, na AD, consideramos que a ideologia se materializa na linguagem” (Orlandi, 2015, p.94). Portanto, a linguagem nunca é neutra, mas sim um instrumento ideológico que é usado para construir sentidos e representações da realidade, “não há realidade sem ideologia” (p.46).

1.1.3 Formações Discursivas

A partir das formações ideológicas, materializa-se nas práticas discursivas a formação discursiva (FD), uma espécie de compartilhamento de convenções sociais resultantes das ideias, valores e práticas predominantes em um jogo de poder e relação de classes. As FDs aparecem, portanto, atravessadas do contexto sócio-histórico e cultural próprios do momento no qual se inscrevem.

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada- ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada- determina o que pode e deve ser dito... as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Deste modo os sentidos sempre são determinados ideologicamente (Orlandi, 2015, p. 41).

Cada formação discursiva é caracterizada por seu próprio conjunto de regras e condições de produção de discursos. Determinam o que é considerado verdadeiro ou aceitável em uma sociedade em um determinado momento. Estabelecem as condições sob as quais as afirmações podem ser consideradas legítimas.

Na AD, para entender como a relação de poder se manifesta no discurso encara-se a análise das formações discursivas como uma ferramenta crítica. Isso envolve a investigação das relações de poder presentes nas formações discursivas e como elas podem indicar efeitos quer de controle ou para regular e normatizar a sociedade.

Sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 167,168)

Importante destacar que as formações discursivas não são fixas; ao longo do tempo elas podem ser atravessadas por outras, e assim se modificar, adaptar e até se transformar. À medida que as condições sociais, políticas e culturais se modificam, as formações discursivas podem evoluir.

Evoluir, não no sentido de aprimoramento ou melhoria, mas no sentido de ser mutável, possibilitando o surgimento de novos discursos e práticas, uma vez que cada formação discursiva é intrinsecamente influenciada por outras, pois uma FD é “constitutivamente frequentada por seu outro” (Pêcheux, 1995, p. 57). Como uma estrada cortada por outras vias, os discursos se conectam regidos por uma lógica interna própria da formação discursiva para a constituir.

Analisar as práticas discursivas fornece uma estrutura teórica para a compreensão de como a linguagem e o discurso estão intrinsecamente ligados às

dinâmicas sociais, culturais e históricas. Em um contexto específico de tempo e espaço podem revelar as dinâmicas de poder em uma sociedade, como os discursos são enraizados, influenciados pelo poder e moldados por regras e convenções específicas.

1.2 Noções de análise fílmica

Embora este trabalho não se proponha a tratar de análise fílmica, propriamente dita, recorreremos aos seus princípios por envolver a construção de um *corpus* de produção verbal cujo registro é em vídeo, peculiar às línguas de sinais. Como dispositivo de produção tecnológica, serão feitos prints quadro a quadro do vídeo. A vantagem desta forma de produção está em principalmente atender as especificidades de materialidade de uma língua que não é oral-auditiva. Falaremos mais sobre a diferença na modalidade e tais especificidades mais adiante nesse trabalho ao considerarmos o conceito de textualidade diferida.

Tal materialidade linguística visual que compõe esse trabalho nos oferece diferentes materialidades significantes, como por exemplo, na análise do discurso digital, que também daremos atenção mais à frente, e na análise fílmica, a qual voltamos nossa atenção agora. Para tanto nos apoiaremos basicamente nos conceitos pressupostos por Lagazzi (2017) e Vanoye (2008:1994).

Podemos iniciar nossas considerações a respeito da análise fílmica com a afirmação de Lagazzi de que “já se foi o tempo em que a Análise do Discurso se restringia a materiais verbais” (Lagazzi, 2017 p.17). Nesse endereçamento teórico o discurso se materializa na língua e esta é, portanto, o foco do trabalho aqui apresentado. No entanto, a pluralidade que o objeto apresenta, nos permite lançar mão de outros instrumentos analíticos.

Quando tomamos para análise materiais que se estruturam por imagens, músicas, sons, gestos..., nos colocamos uma questão de cunho teórico-analítico, já que nesse caso o discurso se materializa em outras relações que não verbais, e já que se foi o tempo em que a Análise do Discurso se restringia a materiais verbais nos colocamos uma questão de cunho teórico-analítico, já que nesse caso o discurso se materializa em outras relações que não verbais. (Lagazzi, 2017, p.17)

Com base em tais trabalhos, percebemos que a autora considera o conceito de materialidade significativa como uma composição na qual o todo significa. Podemos dizer, portanto, sobre a constituição de nosso *corpus*, que os elementos físicos e tangíveis não são vistos como complementos, antes, convergem para a produção de significados. A materialidade linguística que o integra, a língua de sinais, não é apenas um meio neutro de transmissão de ideias, mas sim a língua que materializa o discurso, parte do processo de composição da materialidade significativa.

Em uma composição de análise fílmica, segundo Lagazzi, "não se trata de analisarmos a imagem e a fala (e a música), por exemplo, como acréscimos uma da outra, mas de analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra" (2013, p. 402).

Visto que para as línguas de sinais, os gestos, expressões faciais e a espacialidade do discurso são aspectos materiais que carregam significados específicos, muitas vezes não traduzíveis diretamente para a língua escrita ou falada, as produções em vídeo são uma forma de registro condizente com uma língua visual.

Veremos no capítulo que trata das análises propriamente ditas do *corpus* a escolha de manter na íntegra os enunciados. O discurso ali materializado envolve diversos elementos além do linguístico. Buscou-se retratar a cena quadro a quadro. Foram preservados, na medida do possível, por meio dos prints do vídeo, detalhes como a disposição dos participantes em cena, a postura, as expressões faciais e corporais, os gestos, reações, de modo que cada aspecto pudesse contribuir para depreendermos os sentidos possíveis.

Trabalhar com essa materialidade linguística envolve diretamente questões imagéticas. As línguas de sinais, por serem organizadas de maneira espacial, apresentam uma expressividade gestual intrínseca. Além disso, a composição visual e cênica encontrada em nosso *corpus*, assim como a forma como foi colocado em circulação, revelam aspectos que significam em nossa análise. Esses elementos, portanto, desempenham um papel similar àquele observado nas análises de produções fílmicas, onde cada detalhe visual e contextual contribui para a construção de sentido.

A composição fílmica impõe uma interpretação plural, em que palavras, enunciados, imagens, musicalidade, sons... se imbricam na contradição constitutiva do jogo entre diferentes materialidades significantes. Nesse processo, há pontos de ancoragem que enlaçam o sujeito no cruzamento entre o olhar, a fala, a escuta, o gesto. Diferentes modos de formulação, pontos em que a linguagem atualiza a memória no percurso da incompletude e da falha, trabalhando o simbólico em contrapontos, desencontros, repetições e silêncios. (Lagazzi, 2017, p.1)

Portanto, a escolha por utilizar princípios de análise de uma composição fílmica neste trabalho tem a ver com a materialidade discursiva dele, a língua de sinais em um registro em vídeo.

Sem a pretensão de nos debruçar nos complexos procedimentos técnicos que a análise fílmica exige, e sem igualmente pretender adotar a posição de analista fílmico ou analista “narratólogo”, (Vanoye, 2008:1994, p.45) nos valeremos de seus princípios apenas como parâmetros norteadores diante da análise dos enunciados presentes nas situações narradas ou descritas no vídeo/texto que constitui o *corpus* deste trabalho.

As cenas do vídeo, com os enunciados em questão, foram capturadas (*print*) e dispostas quadro-a-quadro formando uma materialidade heterogênea da qual os possíveis sentidos são depreendidos. Uma composição que materializa o discurso no qual o todo produz sentido, o todo significa.

Portanto, qual a materialidade do discurso se falamos de objetos simbólicos materialmente heterogêneos? Respondo a isso insistindo que a materialidade do discurso é a linguagem em suas diferentes materialidades significantes, quais sejam: a palavra, a imagem, o gesto, a musicalidade, o aroma, a cor, o enunciado, a cena, o corpo, a melodia, a sonoridade, enfim, diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas. (Lagazzi, 2017, p.17)

Para verificar os efeitos da ironia à luz da Análise do Discurso na produção que compõe nosso *corpus*, as proposições da análise fílmica, nos permitem diferentes aplicabilidades, como por exemplo, as esboçadas por Vanoye, (2008:1994, p. 18)

Não é possível conduzir, elaborar, uma análise de filme apenas com base nas primeiras impressões. Mas seria errado separar radicalmente o produto da atividade de espectador "comum" da análise. A bem dizer, esse material bruto, resultante de um contato espontâneo, ou, pelo menos, menos

controlado, com o filme, pode constituir um fundo de hipóteses sobre a obra. Essas hipóteses deverão, é claro, ser averiguadas concretamente por um verdadeiro processo de análise. (Vanoye, 2008:1994, p.13)

Expomos aqui um princípio norteador de que, embora nenhuma análise deva basear-se nas primeiras impressões, esse primeiro contato, no entanto, como no caso desta pesquisa com os constituintes do *corpus*, fornece essa possibilidade de traçar um fundo de hipóteses que serão averiguadas, pesquisadas à luz de uma determinada linha teórica. Admite-se assim a importância, desse primeiro contato ou contatos iniciais com esse olhar de espectador comum sem maiores pretensões, conforme citado.

Embora não devamos nos prender às percepções imediatas geradas, esse primeiro olhar desprezioso é a base a partir da qual o que seria inicialmente entretenimento passe a ser uma atividade intelectual, tal como se dá no trabalho do analista fílmico. A este respeito, ainda em Vanoye (2008:1994), encontramos o seguinte quadro:

ESPECTADOR NORMAL	ANALISTA
Passivo, ou melhor, menos ativo do que o analista, ou mais exatamente ainda, ativo de maneira instintiva, irracional.	Ativo, conscientemente ativo, de maneira racional estruturada
Percebe, vê e ouve o filme, sem desígnio particular.	Olha, ouve, observa, examina tecnicamente o filme, espreita, procura indícios.
Está submetido ao filme, deixa-se guiar por ele	Submete o filme a seus instrumentos de análise, a suas hipóteses.
Processo de identificação	Processo de distanciamento
Para ele o filme pertence ao universo do lazer	Para ele, o filme pertence ao campo da reflexão, da produção intelectual.
Prazer	Trabalho

Entendemos assim um caminho de procedimentos técnicos no qual a distinção está nos diferentes momentos da análise. O contato inicial com o *corpus* no papel de um espectador comum, que pode fazer deste um momento de lazer, e no papel do analista fílmico que observa o mesmo fragmento ou a mesma produção cinematográfica com outro olhar, com o objetivo de trabalhar nele.

É o que acontece com o vídeo que selecionamos com a proposta de análise sobre os efeitos do humor. O espectador comum provavelmente rirá da forma como os dizeres são postos e é possível que depreenda sentidos ligados à indignação, enquanto o analista partirá dessa percepção imediata e buscará, segundo Baalbaki, Caldas e Buscácio (2020, p. 55), “analisar no curso da historicidade as condições de produção e as tensões no discurso sobre sujeito surdo e língua, bem como os gestos de resistência que daí emergem”.

1.3 Noções de Análise do Discurso Digital

Ainda no que diz respeito às noções teóricas que embasam os procedimentos para esta pesquisa, além de recorrermos aos princípios da análise fílmica, serão consideradas também conceitos relacionados à Análise de Discurso Digital.

Podemos dizer que enquanto na seção anterior, análise fílmica, discorremos sobre o modo ou como o discurso, ou seja a materialização linguística, foi posta em circulação, agora com as noções dos conceitos da análise do discurso digital podemos inferir sentidos com base em onde ela acontece, em qual ambiente tal materialidade foi posta em circulação, na construção de nosso *corpus*, no caso, em uma plataforma digital.

Por uma breve definição, podemos dizer que a análise do discurso digital é uma área da análise do discurso que se concentra no estudo da linguagem em contextos digitais, incluindo plataformas online, redes sociais, fóruns, blogs, e-mails e outros meios de comunicação eletrônica.

Examina como a linguagem é usada nesses ambientes digitais para construir significados, representar identidades, influenciar opiniões e refletir dinâmicas sociais e culturais específicas. Trata-se, portanto, de uma disciplina em constante evolução devido à rápida mudança nas ferramentas tecnológicas e das práticas de comunicação online.

No Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), da UNICAMP, sob a coordenação de Cristiane Dias e Marie-Anne Paveau, encontramos a Rede franco-brasileira de análise do discurso digital. Criada a partir de uma colaboração entre os trabalhos desenvolvidos na França por Marie-Anne Paveau, no Laboratório Pléiade, da Universidade de Paris 13, e, no Brasil, com os trabalhos sobre a Análise do Discurso Digital de Cristiane Dias. Dias, em um de seus trabalhos aponta o impacto do digital nos discursos ao afirmar que

O digital produziu uma mudança na discursividade do mundo, como tenho afirmado em meus trabalhos (Dias, 2004, 2012) nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação. (Dias, 2016, p.9)

Em vista disso, a análise do discurso digital considera o contexto digital em que tais relações podem ocorrer, dessa forma, em comunidades online mais específicas, como por exemplo, em grupos de discussão ou fóruns temáticos, é possível analisar como a linguagem é usada para construir identidades de grupo e dinâmicas de pertencimento.

Tal perspectiva pode contribuir para verificarmos como a linguagem e a comunicação se adaptam aos ambientes digitais e como as pessoas se engajam em discursos online, influenciando e sendo influenciadas por eles, especialmente numa face na qual o poder financeiro, hierárquico ou supostamente relacionado ao gênero se rende ao poder dos detentores do “saber tecnológico”.

[...] deve-se, efetivamente, considerar o poder discursivo daquele que detém as competências digitais, além ou ao lado das primazias sociologicamente mais tradicionais como a classe social, o poder econômico, o gênero ou a força física. On-line, o detentor do poder discursivo é aquele que detém o

saber-fazer tecnológico, informático e digital, as práticas de publicação, de difusão, de indexação e de compartilhamento. (Paveau, 2021 p. 86)

Em entrevista, ao ser indagada sobre “discursos eletrônicos” Orlandi (2006, p.4) coloca em parte

Podemos dizer que quando pensamos a prática do discurso eletrônico, embora os momentos sejam inseparáveis, tomamos como ângulo de entrada a circulação dos sentidos, pensando os outros dois momentos através deste. O modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico nos faz pensar que, pela sua especificidade, produz consequências sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz. E estas consequências estão diretamente ligadas à natureza da memória a que estes sentidos se filiam. E, certamente, à materialidade significativa de seus meios (Orlandi, 2006, p.4).

Atravessada por uma série de fatos, incluindo contextos sociais, políticos, históricos e ideológicos, a circulação de sentidos estaria ligada à forma como os sentidos são produzidos, circulam e são negociados dentro de um campo discursivo específico, como por exemplo, o digital.

Essa circulação de sentidos pode ser examinada através do estudo dos diferentes elementos discursivos, como palavras, frases, imagens, símbolos, e como esses elementos se entrecortam para produzir significados específicos, neste caso, na análise do discurso digital, em discursos produzidos na ou para internet.

Assim como a análise do discurso não se limita apenas ao texto escrito, a multimodalidade presente em ambientes digitais nos leva a considerar elementos multimodais, como imagens, vídeos, emojis e outros recursos visuais e audiovisuais usados na construção de discursos.

Na AD, encontramos também um princípio de que os sentidos não são fixos ou objetivos, mas sim construídos socialmente e sujeitos a disputas ideológicas. Relacionando tal argumento com a análise do discurso digital, podemos observar como a circulação de sentidos é intensificada e transformada pelo ambiente digital.

Na esfera digital, os discursos são amplamente disseminados e acessíveis, permitindo que múltiplos sentidos sejam produzidos e compartilhados em uma escala global e instantânea. A circulação de sentidos no discurso digital é influenciada por uma série de fatores, incluindo, tendências de promoção de negócios ou produtos,

criação e disseminação de memes, comunidades online e a transitoriedade das plataformas digitais apenas para citar alguns.

Isso pode levar a uma rápida disseminação de sentidos, bem como a disputas ideológicas por vezes acaloradas sobre o significado de certos eventos, questões, símbolos ou expressões. Na análise do discurso digital examina-se como os sentidos são produzidos, negociados, contestados e transformados através das interações online e das estruturas intencionalmente planejadas e calculadas das plataformas digitais.

A digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho. (Dias, 2016, p.11)

Além disso, a natureza fragmentada do discurso digital pode levar a uma maior diversidade de sentidos e interpretações, com diferentes comunidades online produzindo e circulando sentidos distintos de acordo com suas próprias perspectivas, valores e ideologias.

Assim, ao analisar o discurso digital, é preciso considerar, no que diz respeito à circulação de sentidos, como ela é influenciada pelas dinâmicas específicas do ambiente digital. Em contextos digitais, por exemplo, os usuários muitas vezes têm a capacidade de responder enquetes ou pesquisas de opinião, comentar postagens e desta forma interagir ativamente com o discurso.

Neste respeito, a análise do discurso digital investiga como as interações entre os usuários contribuem para a construção do significado e como as respostas e comentários moldam o discurso ou constroem um outro.

Tal aspecto interacional contribuiu para que determinados ambientes digitais passassem a ser conhecidos primeiro como “sites de relacionamentos” e posteriormente “redes sociais”. No entanto, em estudos contemporâneos de plataforma como os considerados e propostos por D’ Andrea (2020) encontramos uma leitura do termo rede social diferente de como é comumente empregado.

Tais trabalhos destacam que “os modos de se estabelecer vínculos na web não podem ser vistos fora de uma lógica de sociabilidade programada proposta pelas plataformas” (D’ Andrea, 2020, p.17).

As plataformas se apropriam das lógicas de conexão e as potencializam como parte de uma estratégia – comercial sobretudo – que visa incentivar usuários a deixar rastros de suas relações, preferências etc. Considerando essa concepção, parece-nos que é grande o risco de, ao usarmos automaticamente o termo “rede social”, enfatizarmos apenas a dimensão relacional das plataformas, inviabilizando os aspectos materiais, econômicos, políticos etc. da conectividade online. (D’ Andrea, 2020, p.18).

Desta forma, parece-nos apropriado adotar a expressão plataforma digital em vista de sua aplicabilidade mais abrangente conforme o autor justifica ao destacar a diferença conceitual entre rede social e plataforma

Enquanto o primeiro termo enfatiza uma dimensão interacional, a perspectiva das plataformas busca ressaltar como as trocas são moldadas pelos aspectos computacionais, econômicos e políticos da conectividade online. (D’Andréa, 2020, p. 8).

Portanto, neste trabalho, utilizamos expressões como ambientes online ou plataformas digitais ao invés do popular uso da expressão rede social, salvo nas citações diretas cujos autores a use, que neste caso, será mantida.

2 A TEXTUALIDADE DIFERIDA DAS LÍNGUAS VISUAIS

Antes de nossas considerações sobre o motivo de abordarmos as diferenças no que diz respeito às modalidades das línguas, podemos começar esclarecendo o significado da sigla LIBRAS tendo em vista que alguns leitores podem ser alheios às especificidades linguísticas compartilhadas na comunidade surda pelo povo surdo.¹

LIBRAS é a sigla para Língua Brasileira de Sinais- é língua (não linguagem), é brasileira (não é universal) e é de Sinais, seu léxico é composto por sinais, não de mímicas. Trata-se de uma língua independente da língua oral do país onde se encontram. Possui estrutura e gramática próprias que apresenta todos os parâmetros e níveis- morfológico, fonológico, sintático e semântico como qualquer outra língua natural, seja ela oral ou de sinais.

Enquanto pesquisadora e participante ativa da comunidade surda, pensamos em não abordar tal definição neste trabalho tendo em vista o entendimento pessoal de que esta é uma questão superada. No entanto, concordando com Gesser (2009), decidimos acrescentar tal introdução a este capítulo, ainda que sucintamente, porque às vezes o óbvio precisa ser reafirmado.

[...] na década de 1960, foi conferido à língua de sinais o status linguístico, e, ainda hoje, mais de quarenta anos passados, continuamos a afirmar e reafirmar essa legitimidade. A sensação é mesmo a de um discurso repetitivo. Entretanto, para a grande maioria, trata-se de uma questão alheia, e pode aparecer como uma novidade que causa certo impacto e surpresa... o discurso aparentemente "gasto" faz-se necessário, precisando ser repetido inúmeras vezes para que a constituição social dessa língua minoritária ocorra, ou seja, para chegarmos à legitimação e ao reconhecimento, por parte da sociedade como um todo, de que a língua de sinais é uma língua. (Gesser, 2009, p. 9)

As línguas de sinais desenvolvem-se e são transmitidas de geração em geração por meio das interações entre as pessoas que as compartilham. Evoluem naturalmente ao longo do tempo, passando por mudanças e adaptações em

¹ Entende-se por comunidade surda, surdos e não surdos que convivem e interagem usando de forma fluente a língua de sinais, e povo surdo, formado exclusivamente por pessoas surdas sinalizantes.

decorrência do período histórico como é próprio de qualquer língua. Funcionam como herança linguística e cultural na comunidade surda.

Considerando que a Libras é passada de geração em geração de surdos da comunidade (não necessariamente dentro do núcleo familiar) e que é uma língua usada por comunidades brasileiras dos grandes centros urbanos em um país que usa outra língua como oficial, a língua portuguesa, veiculada nos meios de comunicação, documentos oficiais, órgãos públicos e educação, essa língua de sinais configura sim uma língua de herança. (Quadros, 2017, p. 33)

Vê-las reconhecidas como formas legítimas de comunicação, expressão cultural, produção de conhecimento e instrução é tema recorrente nos engajamentos da comunidade surda visto que a promoção e o respeito pelas línguas de sinais são aspectos caros relacionados aos direitos linguísticos das pessoas surdas.

Faz parte das afirmações notadas nas comunidades surdas, em toda sua diversidade, um ponto confluyente- o destaque, a ênfase, a valorização da língua de sinais. Reconhecer uma língua é reconhecer o sujeito que a usa, por isso colocar-se como pessoa sinalizante, em si significa.

Empregar os termos em língua portuguesa: sinalizar, sinalização e sinalizante em textos e discursos, além de ser uma forma de o autor pesquisador se posicionar politicamente, é também uma estratégia eficaz para que a língua de sinais e sua diferença de modalidade sejam inseridas, demarcadas e, portanto, reconhecidas em textos e discursos logofonocêntricos onde a língua empregada, naturalmente de maior prestígio, é a língua majoritária das pessoas ouvintes. (Silva, 2019, p. 63)

A respeito do chamado efeito em vista da diferença na modalidade, para a linguística, as línguas podem ser divididas em duas categorias: as línguas orais/auditivas que são produzidas pelo aparelho fonador e percebidas pela audição, e as línguas de modalidade visual-espacial que são produzidas no espaço de sinalização e percebidas pela visão.

A Libras, língua brasileira de sinais, é visuoespacial, representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências surdas, ou seja, as experiências visuais. Os surdos veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua vista no outro. (Quadros, 2017, p. 34)

Talvez o que cause uma certa dificuldade para alguns em reconhecer as línguas de sinais como língua seja o fato de estas utilizarem outros canais de produção e percepção. O próprio termo “língua” pode remeter à fala oral por estar relacionada, na anatomia humana, ao órgão articulatório da fala. Assim, falar sem falar, ou seja, a possibilidade de perceber e expressar o que se elabora mentalmente, em qualquer nível, em qualquer âmbito, sem utilizar o sistema articulatório da fala pode causar estranheza para alguns.

Para a linguística interessa o fato de que a diferença de modalidade afeta não apenas a forma como a língua é percebida e produzida, mas que também influencia a estrutura linguística e a gramática das línguas visuais. Entre os efeitos da diferença de modalidade, por exemplo, entre a língua portuguesa, língua oral oficial do Brasil e Libras, a língua de sinais reconhecida em território nacional, podemos citar a linearidade na produção da língua portuguesa e a simultaneidade na produção da língua de sinais em vista do modo como é espacialmente organizada.

No entanto, a decisão por abordar a questão da legitimidade da língua e efeitos causados pela diferença de modalidade neste trabalho vai para além da concepção dos aspectos linguísticos. Não aparece aqui meramente por afetar a maneira como a informação é codificada e transmitida. Antes, no viés discursivo, tem a ver com uma diferente materialidade significativa em si mesma.

Entretanto, ao concebê-la enquanto uma língua de modalidade visual-espacial, como está posto de uma perspectiva linguística, deixamos de trabalhar com a sua materialidade significativa própria que já significa em sua diferença, pois se trata de uma outra língua que tem outra ordem significativa. O visual-espacial, para nós, não é somente uma modalidade desta língua, ele é constitutivo dessa materialidade. (Fragoso; Baalbaki; Prates 2022, p.246 nota)

Assim, a relevância está justamente no fator visual-espacial ser a própria constituição das línguas de sinais. É assim que elas dizem no sujeito, é assim que funcionam e significam, é assim que elas são. E o sujeito surdo constituído e narrado por uma língua que ao invés de ser ouvida é vista, buscará formas de registro concordantes com suas experiências visuais.

A evolução das tecnologias de escrita é um processo que reflete o desenvolvimento da comunicação humana ao longo dos séculos. Desde as primeiras formas de registro até as tecnologias digitais contemporâneas, a escrita tem evoluído significativamente, transformando a maneira como registramos, armazenamos, compartilhamos ou transmitimos informações.

Cada uma dessas chamadas inovações, ao seu tempo, não só permitiu ou afetou o processo de escrita, mas ampliou o acesso à informação e à comunicação, possibilitando a produção, reprodução e compartilhamento do conhecimento ao longo da história.

Uma das primeiras e mais antigas tecnologias produzidas pelo sujeito para conhecer-se a si mesmo é, portanto, o gesto de escrever. Por essa razão, é a partir da compreensão da historicidade da escrita, ou seja, do trajeto dos sentidos que a escrita como tecnologia foi produzindo quando da utilização de diferentes ferramentas e suportes, que podemos compreender que as diferentes formas de relação social estão ligadas a uma tecnologia e que a forma do conhecimento tem a ver com essa tecnologia. É por isso também que dizemos que a invenção de diferentes tecnologias gera necessariamente uma mudança na cultura e na memória. A cultura oral, a cultura do manuscrito, a cultura do impresso, a cultura de massa (midiática), a cultura digital. Cada uma delas traz em si uma memória e uma sociedade. (Dias, 2009, p. 10)

Quando falamos sobre uso das tecnologias da comunicação e informação (TICs) relacionadas à leitura e à escrita, talvez o que logo nos venha à mente sejam os instrumentos como telas, teclados, internet e nos esqueçamos de que o próprio papel, a pena, lápis, caneta tinteiro ou caneta esferográfica são tecnologias que um dia já foram considerados inovações revolucionárias para registro da língua na modalidade escrita.

No entanto, para além dos instrumentos, percebe-se diferentes condições de produção, deslocamentos discursivos e posição do sujeito no que pode ser assimilado como cultura digital. Conforme posto por Dias (2009, p. 16) “não são apenas os instrumentos que mudam, mas a relação do sujeito com a linguagem, com a escrita, com o conhecimento sobre a língua; mudam as relações sociais, as relações imaginárias”.

Ao falar sobre o que chama de “tecnologia da linguagem” a autora cita três diferentes modos de escrita: teclar, digitar, escrever. Nesses diferentes gestos da mão

em escrita, a relação imaginária do sujeito com a língua e com o conhecimento sobre a língua é diferente porque o seu funcionamento muda”. (Dias, 2009, p.15).

Acrescentaria à relação imaginária do sujeito com a língua nos diferentes gestos da mão em escrita, considerando gesto na perspectiva da AD. O “gesto”, a ação da mão na sinalização em vídeos gravações, como mudança da cultura da oralidade, considerando nesse contexto oralidade como a expressão do pensamento ou a fala, seja esta oral ou sinalizada, no momento no qual ocorre, sem registro, sem rearranjos ou reformulações como se dá na dinâmica em textos escritos.

Por serem as línguas de sinais transmitidas principalmente de forma direta, de pessoa para pessoa, através da interação face a face, sua disseminação dependeu historicamente da convivência e do contato direto entre seus usuários, geralmente em contextos familiares, comunitários e educacionais.

O fato de as línguas de sinais não estarem codificadas em uma forma escrita que seja amplamente utilizada significa que grande parte do conhecimento e da cultura surda é passada de maneira não escrita². Contextos comunicativos presenciais, por serem de natureza transitória, dificultam a documentação, a preservação de nuances linguísticas, histórias e tradições culturais, o que ao longo do tempo as coloca numa posição vulnerável e suscetíveis a se atribuir a elas caráter efêmero.

Diante dos desafios relacionados à sua preservação e transmissão cultural, diversos esforços têm sido feitos para registrar e documentar línguas de sinais através de vídeos, dicionários visuais e outras tecnologias multimodais. As gravações em vídeo, por exemplo, possibilitam o registro tridimensional de uma língua visual e tem mostrado ser um recurso para perpetuação da língua para novas gerações em sua transmissão e aquisição, ensino e aprendizagem.

As interações sociais, culturais e educacionais dentro das comunidades surdas ganharam reforços com o advento tecnológico das comunicações digitais. Vídeos online, plataformas virtuais de comunicação ou as chamadas redes sociais têm

² Não há consenso entre os pesquisadores nem ampla aceitação pelos surdos sobre formas de representação escrita das línguas de sinais, como o *SignWriting*, por exemplo. Para saber mais sobre tal sistema e sua funcionalidade sugerimos a leitura da Tese de Marianne Rossi Stumph, 2005.

oferecido novas oportunidades para a preservação e disseminação das línguas de sinais. Ferramentas digitais permitem a criação e o compartilhamento de diferentes conteúdos em línguas de sinais, promovendo seu uso e visibilidade.

Desta forma, os esforços contínuos das comunidades surdas, incluindo o uso de recursos tecnológicos, como os utilizados para produções vídeo-gravadas, tem sido adotado como forma de registro da língua de sinais, possibilitando mitigar sua aparente efemeridade e contribuir para além de seu reconhecimento, seu fortalecimento.

No entanto, no que diz respeito à esfera acadêmica, a falta de materiais didáticos, normas técnicas e manuais de orientação para registros formais tolhem produções em língua de sinais e, quando existem, são pontuais e isoladas. Além disso, percebe-se que tais ações para registros em vídeos têm-se limitado ao campo da tradução e não de produção de conhecimento. Fala-se do uso da Libras como língua de instrução, mas, o que vemos com mais frequência na verdade é Libras como língua de tradução.

Tal falta de normas técnicas institucionalizadas para produções registradas em vídeo na LS tem sido descrita por acadêmicos surdos como no mínimo frustrante, como podemos notar no relato que consideraremos a seguir.

[...] preciso tomar uma importante posição para esclarecer e afirmar que o Surdo, como eu e inúmeros Surdos, optar por escrever o trabalho acadêmico em português (L2) não tem NADA A VER com o fato de Libras ser incapaz de produzir os trabalhos acadêmicos e científicos, repito: não tem NADA A VER MESMO. A opção desse Surdo tem uma mesma razão que os demais graduandos e pós-graduandos: escrever um trabalho acadêmico, necessariamente com base nas orientações dos inúmeros materiais didáticos (ex.: manual de produção de textos acadêmicos e científicos) e nos trabalhos acadêmicos já publicados anteriormente que servem como um modelo-gênero, mas é importante lembrarmos que todos desses são em português, como L1 para os ouvintes e como L2 para nós Surdos. (Silva, 2019, nota introdutória)

Assim começa a tese do professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rodrigo Custódio Silva. É possível inferir de suas colocações a tentativa de justificar sua decisão ao explicar que escrever seu trabalho de doutorado em língua portuguesa como segunda língua se deu por imposição do sistema acadêmico e não por escolha.

Enquanto prática social e linguística, o ato de justificar pode denotar relações de poder em meio às normas sociais e os valores culturais subjacentes. Percebemos no que foi relatado um processo discursivo complexo no qual o sujeito tenta explicar, racionalizar ou legitimar suas ações, opiniões ou decisões perante o interlocutor ou público.

Neste caso, o autor quis deixar claro e reafirmar sua crença na potencialidade, na capacidade da língua de sinais ser a materialidade linguística do discurso acadêmico enquanto justifica não o fazer por força da instituição reguladora que compreende normas técnicas.

É possível relacionar o ato de justificar-se, ou explicitar alegações para a ação tomada, com o posicionamento do sujeito em relação aos outros e ao próprio discurso. Apresentar as razões de determinada decisão tem a ver com o modo como os indivíduos se posicionam e/ou são posicionados, ou à imagem que o sujeito projeta de si ou ainda ao modo como sua imagem é projetada. No viés discursivo, corresponde às formações imaginárias em relação à posição sujeito ou ao lugar de onde se fala. Neste respeito, Orlandi (2015, p. 38) nos esclarece que

[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos com tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição. Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já- dito).

As alegações citadas encontram-se na introdução de uma tese, por conseguinte, um contexto acadêmico no qual o sujeito passa de uma situação empírica (aluno) para posição discursiva (aluno surdo do doutorado numa universidade federal na qual também é professor).

Neste respeito, ainda em Orlandi, 2015 (p.37), encontramos que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do

lugar de aluno.” No exemplo que estamos considerando, trata-se da fala de um professor universitário surdo, porém, na posição discente do doutorado.

O justificar-se, portanto, estaria relacionado às regras de projeção com respeito à imagem que o sujeito faz de si mesmo bem como a que imagina ser a projeção que outros alunos surdos fazem de sua posição enquanto professor surdo militante e sabidamente defensor de registros vídeo-gravados, sejam eles formais ou informais, em língua de sinais.

Diversas ações em sua trajetória ratificam sua postura em relação a tal defesa, como por exemplo, sua participação no grupo de pesquisa “Vídeo-Registro em Libras”, projeto cuja iniciativa, conforme explicada por seus idealizadores, envolvia a legitimação de registros gravados em Libras nas produções acadêmicas.

[...] refletir e apresentar uma proposta de normatização da produção acadêmica de pessoas surdas. Partindo do registro presente na experiência dos estudantes surdos, isto é, dos vídeos produzidos para expressar suas ideias com relação a variados temas – política, pesquisa acadêmica, produção de poesias, contação de histórias, entre outros – os pesquisadores do grupo buscam legitimar essa forma de registro mostrando que é possível padronizar a produção do gênero acadêmico em Libras. (Marques; Oliveira, 2012, p.1)

Em sua Dissertação, (2013), na qual nos apresenta resultados de suas pesquisas em textos sinalizados e registrados em vídeo para verificar indicadores de formalidade da Libras, ele compartilha também suas impressões enquanto membro pesquisador do grupo “Vídeo-Registro em Libras”.

Fazer parte desse projeto, participando desde as primeiras reuniões do grupo, contribuiu para que o pesquisador desse trabalho pudesse também lançar um olhar diferenciado e mais atento sobre a questão do registro formal das produções acadêmicas e a aplicação da Libras nessas atividades. (Silva, 2013)

Assim sendo, percebe-se, na justificativa considerada, uma explicação atravessada por diferentes ideologias, práticas sociais e discursivas. As relações imaginárias, ou às formas como o sujeito se percebe e se identifica dentro das estruturas ideológicas e discursivas, envolve dinâmicas de poder, neste caso, o poder da língua de Estado, a língua nacional, oficial e majoritária cuja relação será distinta

da língua fluida, conforme posto por Orlandi (2013, p. 22) “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas”.

Para o sujeito surdo que manifesta ter na língua de sinais uma relação de primeira língua, não por ordem de aquisição, mas por autorreconhecimento de conforto linguístico, a língua portuguesa tende a representar a língua imposta, uma relação imaginária de funcionamento institucional e sistematizado que, como língua do Estado, especialmente a esfera educacional/ acadêmica privilegiará seu uso e registro na modalidade escrita.

Tal funcionamento difere daquele percebido nas relações consuetudinárias quando a língua de sinais diz no sujeito como “língua de conforto”, expressão que particularmente uso ao me referir àquela língua que o sujeito reconhece, ou melhor, se reconhece ao narrar enquanto é por ela narrado.

Neste ponto de nossas considerações, embora determinados termos ganhem outras proposições em nosso uso, acredito que possa ser pertinente trazer a definição “provisória”, sugerida por Guimarães sobre conceitos de língua materna e língua oficial que de acordo com seu pensamento, são “categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido”.

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. Língua Franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum. Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações cotidianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais. (Guimarães, 2006, p. 48)

Ainda sobre conceituações, encontramos também diferentes acepções da expressão “formas de registro”, que conforme usada por Guimarães, (2006) refere-se a forma oral ou escrita de uma língua oral-auditiva conforme posto a seguir.

[...] o registro formal e o registro coloquial. Sendo, notadamente este segundo, subdividido de diversos modos. O primeiro é a língua escrita dos documentos oficiais, dos textos da mídia, da ciência, da literatura e outros gêneros correlatos. O segundo é a língua praticada no dia a dia. Este segundo registro tem divisões muito variadas. Podemos considerar, segundo as descrições em geral feitas pelos linguistas, duas subdivisões: a língua coloquial de pessoas de alta escolaridade e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade. É a diferença entre, por exemplo, a língua coloquial de estudantes universitários, professores, profissionais liberais etc. e a língua coloquial de pessoas de pouca escolaridade, comum na periferia das cidades, nas regiões rurais etc. (Guimarães, 2006, p. 49)

De acordo com esta concepção, de que a escrita das línguas orais é entendida como pertencente ao registro formal, seria possível inferir que textos vídeos gravados, ainda que na subdivisão descrita como sendo a utilizada por pessoas de alta escolaridade, seriam categorizados como registros coloquiais. Daí a dificuldade de aceitação e normatização, por parte das instituições reguladoras como a Escola ou a Academia, de expressões e formas de registros congruentes com uma língua visual.

Surdos sinalizantes, considerados como pertencentes às minorias linguísticas, lidam em seu cotidiano com preconceitos e discriminações percebidos nas atitudes, comportamentos e efeitos de políticas linguísticas³ que historicamente desvalorizaram, marginalizaram ou oprimiram tais grupos. Como evidência disso, podemos pensar em como a barreira linguística no âmbito educacional tem resultado em restrições no acesso, limitações nas produções científicas e dificuldade de permanência para surdos.

Neste trabalho distinguimos formas de registros, não em relação ao nível de formalidade, informalidade, grau de escolaridade ou registros de âmbitos específicos, antes, tratamos da diferença entre tipos de produção para registros estáveis, como os registros escritos de uma língua oral-auditiva, em geral privilegiados, em detrimento aos registros em vídeo de uma língua espaçovisual.

Quando apontamos aqui o privilégio das línguas orais em relação às línguas de sinais, sendo estas últimas consideradas línguas de “minoría”, não concebemos a

³ Há de se reconhecer que em muitos países, entre eles o Brasil, sobretudo nas últimas décadas, tem-se implementado políticas linguísticas que buscam corrigir injustiças históricas ao reconhecer a legitimidade das línguas de sinais e promover a educação bilíngue para surdos. No entanto, apesar de tais avanços, ainda existem desafios, como a implementação inconsistente das políticas em diferentes regiões, a falta de recursos adequados e a necessidade de maior conscientização pública sobre os direitos linguísticos dos surdos.

dicotomia línguas orais/ línguas de sinais como estanque. Entendemos que diversos fatores, históricos, políticos e econômicos, entre outros, afetam o prestígio ou status linguístico e até mesmo a aplicabilidade do termo “minoría” que nem sempre refletirá meras questões numéricas. Até porque, mesmo entre línguas orais, o preconceito linguístico é algo percebido. No Brasil, por exemplo, quais línguas utilizadas em território nacional são consideradas línguas de prestígio? Em Língua de Herança, Quadros (2017), fala sobre como são consideradas (ou desconsideradas) algumas línguas em região de fronteira neste país supostamente monolíngue. A autora correlaciona a língua de sinais e as línguas orais de imigrantes quanto ao modo como são frequentemente tratadas.

[...] existe uma posição ideológica que estabelece a língua portuguesa como a única língua falada no país. Nesse contexto, as famílias que usam outra língua, que não o português, são falantes e sinalizantes de uma língua de herança que se depara com uma relação desigual entre as línguas concorrentes... no caso da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, há pelo menos três línguas em constante contato: português, guarani e castelhano. Segundo Berger (2011), a escola tem sido um espaço que concretiza os preconceitos linguísticos relativos aos usos das línguas que não compreendem o português. As atitudes diante do castelhano e do guarani são preconceituosas, desqualificando o status dessas línguas perante o português. (Quadros, 2017, p.2)

A língua portuguesa, enquanto língua oficial do país, possui status privilegiado em relação às demais línguas que circulam em nosso território nacional, tão vasto e na realidade multilíngue. Mas, se fôssemos tratar de línguas consideradas de prestígio para a academia, por exemplo nas produções científicas, nem mesmo ela, a língua oral oficial do país, é vista como tal.

Pode-se dizer que o preconceito que se constata em relação às línguas das chamadas “minorias” em território nacional é o mesmo que a academia demonstra para com produções científicas em língua portuguesa, sendo a competência em outras línguas estrangeiras europeias cada vez mais exigida para escrita e publicação de artigos, mesmo aqueles escritos para compêndios nacionais. Imaginemos, então, como são considerados os registros vídeo-gravados em LS. Não precisamos imaginar porque na realidade eles não têm sido levados em conta.

Por ser a construção do *corpus*, foco das análises neste trabalho, uma materialidade discursiva que se dá em língua de sinais, não nos estenderemos na

questão da desqualificação percebida para com línguas orais tidas como de “minoría”, ou em como determinadas línguas orais são valorizadas e privilegiadas pela Academia em detrimento de outras.

No entanto, mencionarmos, mesmo que brevemente, o fato de que determinadas línguas orais sofrem deméritos, seja em relação à língua oficial nacional ou ao cenário acadêmico, como acontece com a publicação de artigos científicos, mostra que não estamos alienados ao tema e contribui para refletirmos que há fatores mais profundos em jogo.

Desta forma, por questões políticas e econômicas, por exemplo, uma língua pode ser considerada de prestígio para determinado povo, local e período, pode ser marginalizada em outro contexto. Alguns desses fatores nos são trazidos por Guimarães (2006) quando este retoma seus trabalhos que tratam sobre as divisões hierarquizadas das línguas.

A relação entre estas línguas é regulada pelo fato de que o Português é língua oficial do Brasil e a língua nacional do povo brasileiro. A distribuição destas línguas para seus falantes dá ao português a característica de língua civilizada, em oposição às línguas indígenas (Guimarães, 2000). A própria linguística histórica brasileira faz parte do processo de sustentação desta distribuição hierarquizada das línguas, como mostro em outro texto (Guimarães, 2004a). Como mostrei, as línguas indígenas aparecem, nesta divisão, como línguas de cultura, ou seja, línguas que fazem parte do que caracteriza as culturas dos povos que as praticam, sendo estes, então, caracterizados, entre outras coisas, por suas línguas. O português, por outro lado, aparece como língua civilizada que, por esta razão, ou nesta medida, suplantou estas línguas no processo histórico. Outro aspecto interessante a registrar... é que as línguas de imigração ficam separadas do português, mas, na medida em que são línguas também consideradas civilizadas, se separam por outro lado das línguas indígenas. (Guimarães, 2006, p. 48,49)

Nesta hierarquia, para a maioria dos autores, a língua de sinais sequer aparece. Seria ingênuo da nossa parte colocar preconceitos linguísticos apenas na conta da diferença de modalidade na oposição língua oral-auditiva versus língua espaçovisual. Mas, se determinados registros escritos tidos como de forma convencional enfrentam barreiras na Academia, podemos imaginar como são considerados, na realidade comumente desconsiderados, os registros vídeo-gravados em LS.

Sobre registros acadêmicos vídeo-gravados, podemos retomar ao autor da tese cuja introdução consideramos anteriormente (Silva, 2019). De acordo com as

informações disponibilizadas pelo próprio professor em seu currículo *Lattes*, ele atua nos cursos de graduação em Letras-Libras da UFSC, em pesquisas na área da linguística da Libras com ênfase em análise do discurso, entre outros. Atrelado a tais atividades, o autor nos informa que coordena projetos de extensão com o objetivo de promover a formação em edição de vídeos aos profissionais na área de Libras.

Um professor da área da linguística trazer a informação em seu currículo de que promove projetos de extensão para edição de vídeos pode nos fazer refletir nos sentidos aqui produzidos ao demarcar a diferença quanto ao tipo de registo que busca promover em vista da materialidade linguística na qual se inscreve, com a qual trabalha (vive).

Textos em língua de sinais, materializados numa espécie de escrita diferida por buscar aparatos teológicos outros que numa era digital ao invés de ser digitado é sinalizado, registrado e editado em produções textuais gravadas em vídeo. Uma textualidade diferida que tem por objetivo “tirar o texto de seu contexto de enunciação” conforme posto por Peluso (2019, p.4).

Em relação à língua de sinais envolve a compreensão da natureza dinâmica e complexa das línguas visuais, que, devido à sua natureza visual e espacial, criam um tipo de textualidade que difere da escrita de línguas orais. Suas características criam uma textualidade que é tridimensional e dinâmica, diferindo do texto escrito que é linear e bidimensional.

Diferente do contexto conversacional ou das interações presenciais, o texto escrito transfere o enunciado para outro momento e espaço. O texto produzido torna-se um objeto que se pode manobrar, rearranjar, adequar etc.

El texto escrito es un objeto. Se transforma en una cosa exterior al enunciadore. La posibilidad de tener el texto permanente y en un soporte que lo vuelve manipulable, hacen de este un objeto que se puede interpretar, transformar y reescribir. No ocurre así con lo dicho en el marco de un contexto oral. (Peluso, 2018, p. 6)⁴

⁴ A textualidade diferida é produzida pela aplicação de uma tecnologia sobre a língua. Quando isso ocorre, a língua é modificada em suas estruturas e funções. Por um lado, as estruturas sintáticas e os campos lexicais expandem-se para acomodar formas de dizer que não eram contempladas na oralidade. No quadro da textualidade diferida e da

Separado da presença física do enunciador e fora do momento da enunciação, a textualidade diferida, portanto, demanda aplicação de “tecnologia de escrita ou de gravação” para transformar o texto em “objeto físico, manipulável” (Peluso, 2019). Sendo assim, trata-se de o texto assumir outra forma e função conforme a definição proposta por Peluso

la textualidad diferida es producida por la aplicación de una tecnología sobre la lengua. Cuando esto ocurre, la lengua se modifica en sus estructuras y funciones. Por un lado las estructuras sintácticas y los campos léxicos se expanden para dar cabida a formas del decir que no estaban contempladas en la oralidad. En el marco de la textualidad diferida y de la cultura letrada se debe poder generar un texto que sea recuperado y comprendido fuera de las coordenadas témporo-espaciales de su enunciación. (Peluso, 2019, p.5)

Peluso (2019), sustenta em seu texto que, de acordo com suas concepções, não se deve crer que textualidade diferida e escrita sejam a mesma coisa. Quando trata de textos separados no tempo e no espaço de sua enunciação não se há de limitar ao pensamento do século passado quando a única tecnologia para registros da língua era a escrita.

Textualidade diferida para o autor, portanto, trata-se de um conceito mais amplo, de acordo com suas palavras, especialmente na cultura “pluritecnológica” que nos encontramos e nos registros de enunciados em língua de sinais.

[...] textualidad diferida es un concepto más amplio que escritura, porque abarca otras tecnologías además de ésta. Así, para el caso de las nuevas culturas pluritecnológicas, y fundamentalmente para el caso de los sordos cuya lengua no tiene escritura, se vuelve clave distinguir entre textualidad diferida y escritura y se torna necesario mostrar que existen otras tecnologías, de reciente invención, que también posibilitan construir textos para ser manejados fuera de su momento de enunciación. (Peluso, 2019, p. 6)

No entanto, a defesa por um registro estável, um texto permanente em língua de sinais registrada em vídeo não é uma proposta recente. De acordo com as informações coletadas nos arquivos do museu histórico da Universidade Gallaudet,

cultura letrada, deve ser possível gerar um texto que seja recuperado e compreendido fora das coordenadas espaço-temporais da sua enunciação. (Tradução livre- a autora)

uma figura proeminente na história da comunidade surda americana, George William Veditz⁵, já o fazia. Especialmente durante o final do século XIX e início do século XX seu ativismo, liderança e defesa da língua de sinais foram contundentes.

Surdo desde a infância, perdeu sua audição aos 8 anos em decorrência da febre escarlatina, Veditz ficou conhecido como defensor dos direitos dos surdos, suas ações mostraram, em especial, comprometimento com a promoção da língua de sinais americana (ASL) como uma língua legítima e vital para a comunicação, educação e cultura surda.

Integrantes da comunidade surda têm feito referências aos trabalhos de Veditz em suas produções acadêmicas como um legado especialmente quanto à promoção de formas de registro e preservação da língua de sinais, não apenas com respeito à ASL, pois suas iniciativas tiveram um impacto para além da comunidade surda americana.

Entre suas produções mais conhecidas estão os filmes mudos em ASL, conhecidos como "The Preservation of Sign Language" (A Preservação da Língua de Sinais), nos quais Veditz discute a importância de preservar e promover a língua de sinais como uma expressão cultural única e valiosa da comunidade surda, defender a educação em ASL nas escolas para surdos e lutar contra a discriminação linguística.

Em um discurso emocionante, gravado em um filme mudo de 1913, George W. Veditz, presidente da Associação Nacional de Surdos, fez um apelo emocionado para todas as pessoas Surdas para que cuidem e preservem suas amadas línguas sinalizadas como o "presente mais nobre que Deus ofereceu aos surdos". (Wilcox & Wilcox, 2005, p.43)

O registro em vídeo do estilo oratório na ASL permitiu sua consulta e utilização a posteriori em aulas da língua de sinais americana por sua representação autêntica da língua, da luta e da cultura surda. Uma obra que apresenta função metalinguística ao utilizar vídeo-gravação para registrar, em língua de sinais, a defesa pela preservação da língua de sinais com a utilização de gravações em vídeos como recurso tecnológico de registro. Referente a isso, lemos em Wilcox e Wilcox (2005),

⁵ <https://gallaudet.edu/museum/history/george-w-veditz-visionary-leader-july-2014/>

Um excelente exemplo de estilo oratório que pode ser trazido para a sala de aula está num filme de George W. Veditz... O filme foi transferido para fita de vídeo e está disponível na biblioteca da Universidade Gallaudet. Ele não somente oferece aos estudantes uma noção de estilo oratório em ASL mas também pode ser utilizado em sala para discussões sobre a história dos Surdos e de sua língua. (Wilcox; Wilcox, 2005, p. 112).

Tais produções, consideradas pela comunidade surda como um tesouro cultural e histórico, são exemplos do falar na língua, sobre a língua, na forma de registro que a contemple. Em uma textualidade diferida.

3 UMA LÍNGUA INTERDITADA- BREVE HISTÓRICO

Pode-se dizer que as raízes históricas da censura às línguas de sinais estão entrelaçadas com atitudes sociais e educativas manifestadas especialmente nos séculos XIX e XX por parte de autoridades filosóficas, religiosas, governamentais, médicas e por fim, autoridades educacionais que desvalorizavam ou ignoravam as necessidades e direitos das pessoas surdas.

Essas ideias persistiram e moldaram a percepção de que a fala e a audição eram superiores aos sinais visuais. De acordo com esta visão, promover de forma contundente a educação oralista e forçar o uso da língua oral seria o melhor a se fazer, sob a alegação de que tais ações seriam “para o bem dos surdos”.

O movimento oralista ganhou força no século XIX, defendendo que as pessoas surdas deveriam aprender a falar e a ler lábios em vez de usar a língua de sinais. Acreditava-se que o uso da fala era a forma superior e mais "civilizada" de comunicação, e que a língua de sinais representaria uma barreira para a integração social e o desenvolvimento intelectual das pessoas surdas.

Um marco desse movimento foi o Congresso Internacional de Educação de Surdos que ocorreu no período de seis a onze de setembro de 1880, quando educadores de diferentes nacionalidades se reuniram em Milão, Itália, para debaterem as diferentes abordagens para ensino de surdos até então praticadas.

As deliberações geraram resoluções que recomendavam priorizar o oralismo na educação de surdos e que o uso de língua de sinais deveria ser proscrito nas instituições de ensino. Tais resoluções trouxeram consequências persistentes. Práticas políticas e históricas que ignoravam direitos linguísticos das pessoas surdas, e que levaram à proibição institucional do uso da língua de sinais, reprimiu sua utilização por praticamente um século.

Durante muito tempo, os surdos não tiveram direito à educação alguma. Especialmente após 1880, a comunidade surda passou por um processo de exclusão de seus direitos linguísticos e de negação de sua identidade e cultura por parte da comunidade ouvinte por conta da proibição do uso da língua de sinais e da obrigatoriedade do ensino da modalidade oral da língua do seu país. Nessa visão oralista, predominava a visão de surdez como patologia e de surdo como deficiente e cognitivamente limitado.

Consequentemente, a língua de sinais não era considerada uma língua genuína. (Sousa, 2014, p. 251)

A censura à língua de sinais, definida no Congresso, fez com que muitos países adotassem políticas que proibiam ou desencorajavam fortemente seu uso em instituições educacionais. Há relatos de que, neste período, “professores surdos foram banidos das escolas” (Fernandes, 2011, p. 52), muitos professores surdos foram demitidos por não serem o modelo adequado para os alunos surdos, outros foram obrigados a ensinar usando métodos oralistas, e que alunos surdos eram punidos quando flagrados usando a língua de sinais.

De fato, a interdição das línguas de sinais resultou em uma educação deficitária, com enfoque na reparação clínica. Segundo Fernandes, “período em que a medicina e não a pedagogia cuidou da educação dos surdos” (2011, p. 9). Surdos que foram desencorajados ou impedidos de usar sua língua de sinais e não conseguiam se encaixar no modelo oralista, eram tidos como caso perdido, sem perspectivas por não compreender e não se expressar “adequadamente” na língua oral.

O esforço para promover o uso da língua oral dominante em detrimento das línguas de sinais teve um forte impacto nas comunidades surdas. Percebemos, mesmo em tempos mais recentes, como a insistência em práticas educacionais oralistas frequentemente resulta em dificuldades acadêmicas para os alunos surdos. Muitos não conseguem acompanhar o currículo na proposta de ensino oralista por esta não atender suas especificidades linguísticas, o que pode ser concluído em vista do abandono escolar ou na falta de realização acadêmica.

Não podemos nos furtar de comentar que, no final do século XIX, imperou uma visão médico-clínica que buscava a "normalização" do surdo pela oralização, isto é, pela técnica de aprender a língua oral – ao mesmo tempo oficial do país. As línguas de sinais passaram a ser desestimuladas e até mesmo proibidas na escola entre os surdos. Neste contexto socio-histórico, é importante trazer à baila outro acontecimento discursivo: O Congresso de Milão. Em Baalbaki e Caldas (2011), verificamos que o Congresso ocorre no final do século XIX, período em que os efeitos do poder normalizador foram naturalizados, postos como evidentes, ou melhor, os sentidos estabilizados sobre a normalização de surdos se davam como uma evidência. Essa visão permaneceu (e talvez ainda ressoem esses sentidos) por mais de um século. (Baalbaki ; Caldas, 2014, p. 89)

A interdição das línguas de sinais não apenas causou prejuízos educacionais significativos, mas também afetou negativamente as relações familiares, sociais, a comunicação cotidiana, até mesmo o bem-estar psicológico das pessoas surdas. A imposição do oralismo e a conseqüente marginalização da língua de sinais refletem a visão patológica a respeito do sujeito que tem na língua de sinais sua língua de conforto, aquele no qual tal língua fala. Tem mais a ver com o conceito que se mostra ter sobre o falante de uma língua do que com a língua propriamente dita.

[...] línguas não são objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar. Ao contrário, são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. Não há língua portuguesa, sem falantes desta língua, e não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos. (Guimarães, 2006, p. 48)

Assim, visto que desconsiderar uma língua é desconsiderar quem a usa, podemos dizer que o período de censura às línguas de sinais se que estendeu por várias décadas em muitos países a partir das resoluções adotadas no Congresso de Milão em 1880, fez com que a comunidade surda enfrentasse grandes desafios. No entanto, paralelo às pressões, diferentes gestos de resistência emergiram para preservação de sua língua e cultura.

3.1 Movimentos Surdos e Resistência

De acordo com o título deste trabalho, nos propomos a analisar o funcionamento da ironia como forma de resistência e protesto; assim julgamos conveniente falar sobre gestos de resistência na concepção da AD, o que envolve pensar em como os discursos se mantêm, se transformam ou se opõem uns aos outros dentro de uma formação social e histórica específica. Neste respeito, especialmente a partir da interdição das línguas de sinais em muitos países, os chamados “movimentos surdos” passaram a funcionar como gestos de resistência no

sentido de promover um discurso que se posiciona em relação aos discursos oralistas dominantes.

Em tais movimentos é possível observar como as ideologias são mantidas, contestadas e transformadas ao longo do tempo, e como os sujeitos podem exercer agência na construção de novos significados; tendo em vista que os sentidos não são fixos ou estáveis, mas sim resultado de uma constante negociação e luta entre diferentes forças sociais e ideológicas, e que os discursos não são apenas produções linguísticas, mas práticas sociais e políticas que desempenham um papel central na configuração das relações de poder em uma sociedade.

Ao pensar a resistência que se dá no discurso, Pêcheux formula dois primados básicos, nas últimas linhas do Anexo 3 (início de uma retificação): (1) não há dominação sem resistência, primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”; e (2) ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (Pêcheux, [1978] 1988, p.304). Percebe-se aqui que a resistência se dá no interior mesmo da história (em seu motor – a luta de classes) e no interior do sujeito (em seu motor – o inconsciente). E será então pela falha constitutiva no interior da língua, da história e do próprio sujeito, que a resistência vai irromper, tornar-se visível, fazer presença. (Ferreira, 2018, p. 90)

Na afirmação da legitimidade da língua de sinais e a luta pelos direitos linguísticos de surdos sinalizantes, percebemos gestos de resistência em seus confrontos e contrastes. Por um lado, a resistência que irrompe na manutenção, neste caso o uso, preservação e promoção da língua de sinais, e por outro lado observamos a resistência funcionando no confronto para questionar, negar e desafiar discursos “ouvintennormativos”.

Algo similar é percebido no ato de protestar que pode ser compreendido como uma prática discursiva e social que expressa a resistência em forma de contestação frente a determinadas condições políticas, sociais e econômicas. Assim, entendemos o protesto como uma intervenção no campo discursivo e ideológico. A análise de discursos de protestos não seria possível sem levar em consideração os contextos históricos e sociais em que os movimentos de resistência emergem; observando o ato de protestar como uma resposta às condições materiais e ideológicas de uma determinada época e lugar produzindo efeitos de sentido que podem desestabilizar os significados dominantes.

Desorganizar a regência do verbo resistir me parece produtivo para diferenciar resistência de oposição. Resistir é também opor-se, mas não só. Resistimos em uma determinada posição, defendendo o que nos identifica, resistimos para mudar, ainda que não saibamos qual será essa mudança. Isso significa que a resistência abre possibilidades dentro do inesperado. (Lagazzi, 2019, p. 309)

Mesmo com a censura à língua, os surdos continuaram a utilizar e promover as línguas de sinais em suas comunidades. Apesar das condições desfavoráveis, a comunidade surda não deixou de lutar pelo uso da língua de sinais. Neste respeito, as associações de surdos desempenharam um papel significativo. Ainda de acordo com Quadros (2017, p. 23) “as línguas de sinais de vários países foram preservadas e passadas de geração a geração por meio de associações de surdos e famílias de surdos”. Assim, mesmo em períodos históricos de repressão, quando a comunidade surda enfrentava grandes desafios essas associações funcionavam como pontos de encontro de resistência linguística e cultural.

A fim de preservar tradições, valores e expressões artísticas da comunidade surda essas associações organizavam uma ampla gama de atividades, incluindo encontros sociais, eventos culturais, e programas educacionais que fortaleciam os laços comunitários e preservavam a herança cultural transmitidos de geração em geração, reforçando a autoestima e a identidade coletiva.

As comunidades surdas brasileiras criaram as associações com o objetivo de reunir os surdos para se encontrarem e conversarem sobre diferentes assuntos com fim social, político e esportivo. Nesses espaços, os surdos encontram seus parceiros, casam e têm filhos. Essa grande família que se une a partir de traços identitários, tais como ser surdo e usar a língua de sinais, estabelece espaços que acolhe os surdos e consolida relações de pertencimento (Quadros, 2017 p.23).

A organização de eventos culturais, como teatros e festivais, ajudou a manter viva a cultura surda, mesmo em tais períodos mais turbulentos. Em geral, era nas associações de surdos que também se organizavam campanhas e protestos para pressionar governos e instituições a reverem suas políticas quanto ao uso das línguas de sinais e educação de surdos. Portanto, mais do que uma atividade social, as

associações por serem o espaço do encontro surdo-surdo, representaram para a comunidade surda a luta pela preservação de seu patrimônio linguístico.

O encontro surdo-surdo é um marco nas comunidades surdas, pois é onde a comunidade de herança se estabelece. A relação "familiar" estabelecida por meio do pertencimento caracteriza os espaços em que o legado da língua de sinais e da cultura surda torna-se patrimônio dos surdos e de seus filhos, surdos ou ouvintes. (Quadros, 2017, p. 24)

De acordo com Fernandes (2011, p. 55), “os movimentos de resistência surda buscam reverter discursos e práticas dominantes recusando rótulos e estigmas de deficiência e incapacidade que relegam os sujeitos surdos a uma perspectiva de inferioridade”. Para surdos sinalizantes não havia o que se questionar quanto a legitimidade da língua de sinais, no entanto para o reconhecimento e valorização social e institucional das línguas de sinais, foi necessário o aval da Academia, o que passou a acontecer a partir da década de 60, especialmente com as pesquisas de William Stokoe, linguista que se dedicou a estudar e a descrever a língua americana de sinais (ASL).

Nota-se, portanto, que não apenas as associações em processo de identificação com a língua de sinais como também um discurso acadêmico sobre a língua de sinais e sujeito surdo buscam uma ruptura com uma discursividade do oralismo e do discurso médico, por sua vez, com a memória da formação nacional do Brasil no imaginário de uma língua única, e uma afirmação enquanto minoria linguística. (Baldaki; Caldas; Buscácio, 2020, p. 65)

Os estudos de Stokoe demonstraram que as línguas de sinais são sistemas de comunicação completos e naturais, com suas próprias regras gramaticais, léxico e sintaxe desmistificando a ideia de que são apenas gestos ou mímicas simplificadas. Isso ajudou a elevar o status das línguas de sinais, levando ao seu reconhecimento em muitos países e a decorrente proposta de educação bilíngue para surdos.

Essa virada linguística provocou uma virada política na educação dos surdos e tornou-se prevalente, nas décadas vindouras, a proposta de bilinguismo, ou seja, o uso de duas línguas distintas, com consequências para a educação bilíngue. De certa forma, portanto, poderíamos, em sentido estrito, afirmar que a educação bilíngue só teria surgido pós-reconhecimento das línguas de sinais como línguas legítimas. (Baaldaki; Caldas; Buscácio, 2020, p. 60, 61)

A anuência científica por meio dos estudos linguísticos provocou um deslocamento conforme entendido na AD, ou seja, um processo que revela a natureza mutável e contestada dos significados e das práticas discursivas. O deslocamento de elementos discursivos faz emergir dinâmicas de sentido e outras relações de poder uma vez que os significados são negociados e transformados em diferentes contextos discursivos tal como os provocados pelos movimentos de resistência por parte da comunidade surda ao ganhar o apoio científico.

Apoiados em seu poder de mobilização social e no conhecimento científico produzido por disciplinas como Linguística, Psicologia e Antropologia, os movimentos de resistência surda buscam reverter discursos e práticas dominantes recusando rótulos e estigmas de deficiência e incapacidade que relegam os sujeitos Surdos a uma perspectiva de inferioridade. (Fernandes, 2011, p. 55)

Nas décadas que se seguiram aos estudos e produções iniciais de Stokoe, os movimentos surdos ganharam reforços de diferentes produções científicas sobre as línguas de sinais, o que permitiu conquistas que apenas o status linguístico poderia conferir, como por exemplo o respaldo legal por meio de leis específicas sobre acessibilidade linguística, educação bilíngue e demais propostas que reconhecem a língua não apenas como língua, mas também como primeira língua, expressão conforme usada tanto em contextos educacionais quanto jurídico ao tratarem da língua de sinais para surdos.

Antes disso, a língua era usada, mas não tinha o status de língua pelo dizer do lugar do linguista, que produz um deslocamento no dizer científico sobre a língua. Era a comunicação por gestos, a fala das mãos, mas não havia ainda conquistado o reconhecimento como língua propriamente dita. Este reconhecimento da língua de sinais pelo lugar do linguista instaura um discurso sobre a língua de sinais legitimado pela ciência. (Baaldaki; Caldas; Buscácio, 2020, p. 61)

O discurso percebido nas resoluções propostas e adotadas em 1880 entra assim em contato com outras vozes e perspectivas sendo reinterpretado à luz do novo contexto adquirindo conotações e significados diferentes à medida que as línguas de sinais passavam de línguas censuradas para línguas com suporte do discurso científico. Nota-se desta forma, o deslocamento pelo poder da atuação de atores que controlam os meios de recontextualização, neste caso, a validação científica por meio dos linguistas.

Resta dizer que a Libras não somente é objeto de conhecimento, mas também é uma língua que é base para a realização de processos discursivos diferenciados, dentre eles o científico. A institucionalização do curso de Letras/Libras e a disciplinarização desta língua não somente tornaram a Libras mais visível para a sociedade como também possibilitaram que o conhecimento sobre ela passasse a ser produzido nesses espaços institucionais, que os valida e os coloca em circulação, modo próprio do conhecimento científico funcionar, enquanto discurso, em nossa sociedade (Fragoso; Baaldaki; Prates 2022, p.246).

Desta forma, o posicionamento da ciência linguística a respeito da língua de sinais fortaleceu os movimentos surdos, que em décadas mais recentes, com a proliferação de dispositivos digitais e internet tem possibilitado acessibilidade, elaboração de conteúdos e rápida disseminação de informações criando assim outras condições de produção. Embora as associações de surdos ainda funcionem como espaços físicos para o encontro surdo-surdo, conforme descrevemos aqui, é inegável a movência para o encontro virtual por meio das plataformas digitais nos gestos de resistência e protesto.

3.2 Condições de Produção - o encontro nas plataformas digitais

Conforme vimos anteriormente “o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo” (Dias, 2016, p.9), seus efeitos são percebidos na sociedade em geral e não seria diferente com a comunidade surda ao explorar vários recursos

eletrônicos, ambientes digitais e espaços online para diversas formas de interação, educação, trabalho, entretenimento etc.

Ao analisar discursos produzidos e circulados em tais espaços é preciso explorar as novas formas de textualidade e as condições de produção que neles ou a partir deles emergem. A AD nos oferece percepções sobre a dinâmica da comunicação contemporânea, sobre como os textos são moldados e, por sua vez, moldam as realidades sociais em que estão inseridos e nos possibilita perceber como os discursos funcionam dentro de contextos históricos e sociais específicos; conforme posto por Orlandi (2008)

[...] saber como se elabora um texto é saber como elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem. Novas formas de textualidade. Em novos contextos de realização, ou seja, como se diz em análise do discurso, novas condições de produção. (Orlandi, 2008, p.15)

Conforme tal perspectiva nos sugere, compreender como um texto é elaborado implica em um entendimento teórico das novas formulações textuais e que a criação de textos não é um processo isolado ou puramente técnico, mas está profundamente enraizado nas práticas discursivas que refletem e respondem às mudanças sociais e culturais.

O entendimento sobre "novas formas de textualidade" conforme citado, envolve para além de considerar contextos sócio-históricos, ideológicos e políticos, considerar as mudanças nas maneiras de produzir e compreender textos influenciadas por transformações tecnológicas; como por exemplo, a produção de conteúdo nas plataformas digitais que possuem suas próprias convenções e características discursivas. Desta forma, segundo Orlandi (2013, p. 235), "no século em que se afinam as novas tecnologias da linguagem e em que a mídia se apresenta em sua onipresença, a análise de discurso é a disciplina que pode compreender como os sentidos, e os sujeitos, se constituem, se formulam e circulam."

Como também nos aponta Dias (2016, p. 18), "da perspectiva da Análise de Discurso, o digital é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e

do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria.” Nos posts apresentados a seguir, podemos observar um exemplo do encontro da comunidade surda em tais espaços e perceber como ambientes online ou plataformas digitais possibilitam diversas formas de mobilização e organização de ações coletivas numa discursividade cuja materialidade apresenta marcas do digital como o uso de arroba (@) e hashtags (#).

O QUE DEVO FAZER COM MEU PRIVILÉGIO OUVINTE?

Não compartilhe vídeos sem legendas nas redes sociais. Comente no vídeo da pessoa, que você gostaria de compartilhar aquele conteúdo, mas não vai. Porque não está acessível para seus amigos surdos.



Curtido por surdalidades e outras pessoas

nati.rigo_artes.libras Vamos falar sobre privilégios? Além do privilégio branco, hétero, cristão, de gênero, de classe, etc. (que precisam ser sim debatidos), existe também o privilégio ouvinte, que inclui privilégios linguísticos, de letramento, de acesso à informação e conhecimento. Ainda, preconceitos e ouvintismos velados. Esse tipo de privilégio também precisa ser trazido para o debate, tal como @jg4.prproj, @edinhopoesia, @leocastilho, @betocastejon, @cathyfofa, @marioaugustolibras, @surdo_sensato... estão fazendo. Precisamos entender melhor sobre o assunto, reconhecer que nós (ouvintes) somos privilegiados sim, e que precisamos reavaliar diariamente nossas atitudes, repensar sobre o que estamos fazendo e o que podemos fazer com esse privilégio. Bora nos engajarmos também nesse importante movimento de lugar de escuta, aprendizados e (des)construção? Sem medo, sem culpa. Afinal, todo mundo erra. Eu já errei, e não foi pouco. Continuo errando. Mas, estou disposta a reconhecer esses erros, a escutar e aprender para mudar. Se você também tá nessa, comenta aí o que mais nós (ouvintes) podemos fazer com nosso privilégio ouvinte. Obs. Você conseguiu ler e entender (com conforto) esse texto? Isso é privilégio ouvinte!

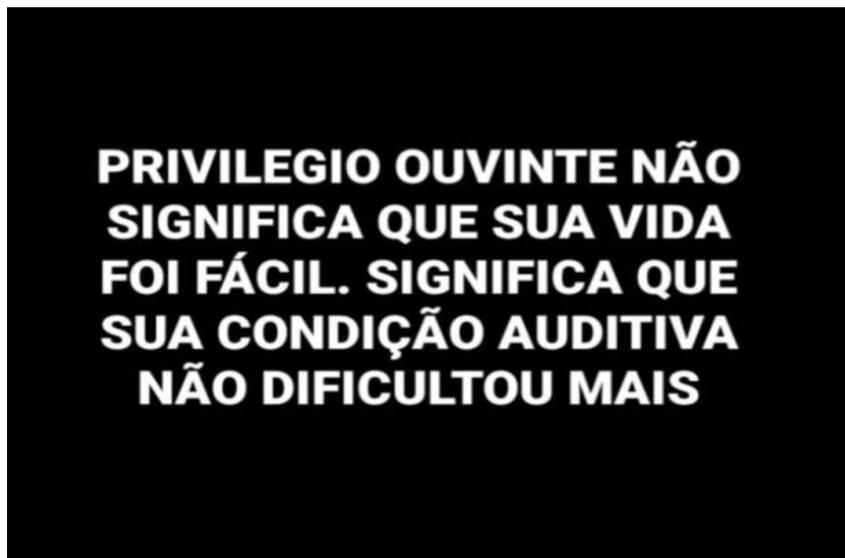
#ParaTodesVerem

Esta imagem possui recurso de texto alternativo
#lugardeescuta #privilégios #minorias

Ver todos os 6 comentários

22 de julho de 2020 • Ver tradução

Figura 1 - Privilégio ouvinte



Legenda: página de Natália Rigo no Instagram. Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/nati.rigo_artes.libras. Acesso em: 15 jul. 2023.

O sentido de protesto e chamada à mobilização pode ser apreendido no post e “cartaz” digital acima ao se reivindicar legendas nos vídeos postados por influencers ou criadores de conteúdo digital. O texto mostra a diferença entre conceitos como ouvintismo e privilégio ouvinte conforme considerado pela comunidade surda contemporânea. Diferente do ouvintismo, que tem a ver com preconceito e práticas centradas nas pessoas ouvintes, considerando-as como o padrão “normal”; privilégio ouvinte tem a ver com a tomada de consciência de que desfruta de determinados privilégios de acesso, enquanto as pessoas surdas enfrentam barreiras linguísticas e culturais que as afeta em diferentes esferas.

Esse é apenas um exemplo de novas formas de textualidade ao aliar diferentes elementos contextuais como o saber tecnológico (fator associado às relações de poder) diante de novas condições de produção presentes no encontro nas plataformas digitais. Trata-se, portanto, de uma materialidade discursiva em um novo contexto de realização, o digital.

4 HUMOR NA AD - O FUNCIONAMENTO DA IRONIA NESTA PROPOSTA DE ANÁLISE

Para a análise do discurso, o humor e a ironia são considerados fenômenos linguísticos e discursivos e, como tais, devem ser investigados em relação às práticas sociais e ideológicas. O humor desempenha um papel multifacetado, ele pode funcionar como um mecanismo de retórica que afeta a circulação do discurso, o modo como se transmite, recebe e compreende o discurso nos mais diversos âmbitos e em diferentes contextos discursivos.

Enquanto estratégias discursivas, o humor e a ironia têm sido empregados para criticar ou subverter normas sociais, valores culturais ou discursos hegemônicos. Funcionam como mecanismos utilizados por falantes para transmitir significados e desafiar ideias convencionais.

No viés do humor na análise de discurso encontramos em Oliveira (2018) algumas contribuições para este trabalho. Em seu texto, o autor retoma o princípio da Análise de Discurso pechetiana de que “humor é discurso; portanto – é estrutura e acontecimento e que seu efeito só é possível no encontro de uma atualidade e uma memória” (2018, p. 15).

Aqui, acontecimento é visto como o encontro de uma atualidade com uma memória (Pêcheux, 1981) criando um terceiro discurso. O discurso de humor é resultado do acontecimento. É ele que dispara o riso, portanto a disputa dos diferentes discursos por sentidos através dos mesmos significantes faz surgir a novidade discursiva pela fusão metafórica de sentidos. (Oliveira, 2018, p.16)

Ainda de acordo com o pensamento de Oliveira (2018), embora em Pêcheux não se encontre um manual de humor ou como fazer graça, é possível encontrar muitas evidências do humor em sua obra. Acrescenta que Pêcheux escreve sobre a matéria-prima do humor “que são as condições de produção históricas em que a piada acontece. Humor é efeito” (Oliveira, 2018, p.15).

Estudar humor à luz da AD tem sido desafiador para mim enquanto pesquisadora atravessada por muitos, constantes e frequentemente aleatórios pensamentos. O desafio está em manter o foco uma vez que a AD enquanto ciência apresenta praticamente incontáveis caminhos para análise e da mesma forma o objeto de pesquisa, envolvendo o humor, que enquanto estratégia discursiva, pode apresentar os mais diversos funcionamentos.

Por exemplo, o humor pode funcionar como mecanismo de subversão e crítica social. Programas humorísticos na TV, tirinhas ou *cartum* em jornais, revistas ou na internet, apresentações de humoristas *Stand Up* e afins, frequentemente usam piadas, sátiras e paródias para questionar normas sociais e autoridades. Examinar como o humor é usado para desafiar e subverter discursos dominantes é uma possibilidade que a AD nos apresenta.

Outra característica do humor está no papel que desempenha na identificação ideológica e cultural dos sujeitos. Segundo Oliveira (2018) “para que haja graça é preciso, antes de qualquer técnica, identificação discursiva pelos sujeitos” (Oliveira, 2018, p. 53). Por exemplo, grupos sociais frequentemente desenvolvem seu próprio humor compartilhado que reforça sua coesão e identificação. Neste respeito, ao falar sobre sua pesquisa sobre o funcionamento discursivo no humor, Oliveira (2018) acrescenta

Neste processo, passei a entender o conceito de Interdiscurso como um lugar em que as formações discursivas convivem em territórios separados pela ideologia. A seleção do que virá do Interdiscurso à superfície linguística e de que forma, no humor, é a tarefa do humorista. E para que funcione é fundamental que haja identificação subjetiva no discurso e pelo discurso. (Oliveira, 2018, p.93)

Assim, a AD se propõe a considerar como o humor é construído pelo contexto cultural e como diferentes sentidos podem ser apreendidos de diferentes modos em contextos diferentes uma vez que o humor mostra-se ser altamente contextual e culturalmente sensível. É por isso que piadas e trocadilhos podem ser específicos para uma cultura e só fazerem sentido para determinados grupos. O que é engraçado para uns pode não ser engraçado para outros devido à presença ou ausência da identificação discursiva.

A exterioridade constitutiva é uma marca fundamental do texto de humor. Embora, como Analistas do Discurso, tenhamos o entendimento que a exterioridade é sempre constitutiva, no caso do texto humorístico uma pretensa ausência é impensável. (Oliveira, 2018, p.52)

Para ilustrar a complexidade de se trabalhar com textos humorísticos, podemos citar como exemplo, uma área na qual a pesquisadora deste trabalho também atua e que, portanto, está bastante familiarizada- o campo dos estudos da tradução. Tradução é sempre muito mais do que trabalhar com a superfície linguística, mas, especialmente em textos de humor a complexidade do processo torna-se mais evidente.

Para a tradução é sempre desafiador e requer escolhas estrategicamente muito bem pensadas quando o texto em questão envolve humor justamente por o engraçado apenas assim o ser a depender de diversos fatores como a temporalidade, identificação cultural, constituição ideológica do público de chegada entre outros.

Ainda mais complexo pode ser o estudo de uma vertente do humor que mais nos interessa neste trabalho, o humor irônico. É possível considerar a ironia à luz da AD como uma das muitas estratégias discursivas que moldam a construção de significados nos discursos. Assim como o humor em geral, a ironia pode funcionar para transmitir significados complexos, questionar, criticar, disfarçar intenções, e assim criar intencionalmente uma falha, deixar uma brecha a ser completada pelo outro.

Nesse jogo em que se brinca com o subentendido e frequentemente é usado para mascarar intenções reais ao dizer uma coisa querendo dizer outra, cabe a AD examinar como os receptores decodificam esses significados e como a ambiguidade resultante pode ser explorada por quem formula o enunciado. Vejamos como tais efeitos podem ser apreendidos a partir de nossa proposta de análise que considera tais possibilidades do humor, especialmente da ironia, à luz da AD.

4.1 Constituição do *Corpus*

Como dito anteriormente, nosso *corpus* é constituído por um vídeo cuja materialidade linguística é a língua brasileira de sinais - Libras. Durante a construção deste trabalho muitas outras análises foram consultadas e foram feitas diversas leituras de AD com os mais variados objetos que apresentavam sequências discursivas (SD) em língua portuguesa, ou seja, uma materialidade linguística de modalidade oral-auditiva.

No decorrer das leituras e pesquisas foi recorrente encontrar uma metodologia de trabalho e descrição das análises que selecionavam os enunciados e apresentavam recortes que seriam relacionados com determinados conceitos da AD, ou seja, a análise propriamente dita. Percebi, porém, que, antes de apresentar tais recortes costuma-se trazer todo o enunciado em questão, preservando-o na íntegra, para só mais à frente apresentar o recorte de interesse e assim destacar os trechos trabalhados.

Esta poderia ser uma opção para nossos procedimentos, apresentar no corpo do texto apenas recortes breves de cada relato para os relacionar com conceitos da AD que nos são interessantes nesta pesquisa e deixar os enunciados na íntegra apenas nos anexos. No entanto, a decisão aqui nesse trabalho foi a de preservar, dentro do possível no corpo do texto escrito em língua portuguesa, quadro a quadro das imagens captadas nos enunciados em uma língua visual-espacial.

Com o objetivo de dar destaque à Língua de Sinais, nossa escolha foi trazê-los na íntegra. Entendemos que tal decisão, a de preservar o enunciado por apresentá-lo aqui quadro-a-quadro, conforme as tecnologias nos permitem, pode colaborar para que a língua de sinais apareça em seu protagonismo. Afinal,

Orlandi (2002, p. 208) nos lembra de que “[a] mídia e as novas tecnologias da linguagem certamente trazem nova percepção da linguagem e de sua importância. Isso mexe com o saber sobre a língua, o mercado e o interesse” (p. 208). Esse fato possibilita outras formas de registro do funcionamento linguístico das línguas de sinais. (Fragoso; Baaldaki; Prates, 2022, p. 252)

Para tanto, em vista de o trabalho envolver enunciados registrados em vídeo, entendemos como necessário recorrer aos princípios e procedimentos propostos pela análise fílmica, uma vez que estes condizem com nossa proposta de trabalhar com uma textualidade diferida. Material no qual, segundo Peluso (2015, p. 480), “o falante tem o privilégio de dizer seu texto”. A partir de tal material de análise é possível depreender sentidos das diferentes materialidades significantes que ele apresenta.

Vejamos que a língua concebida como materialidade do discurso não está dissociada do sujeito, que por ela se constitui. Da mesma forma, o aroma, a cor, a imagem, o gesto... se constituem em materialidade significativa quando em relação com o sujeito, constituindo memória discursiva e, assim, se constituindo em linguagem. Ressalto que a materialidade significativa nos remete à estrutura e à estruturação, a um suporte que permita a produção de sentidos para sujeitos. (Lagazzi, 2017, p.17)

Outra característica na composição de nosso *corpus* é sua circulação. O registro dos enunciados em vídeo foi produzido no formato para o ambiente online de uma plataforma digital específica de compartilhamento de fotos e vídeos, *Instagram*. Assim, a estética, enquadramento e até a velocidade dos enunciados estão de acordo com as regras, possibilidades e limitações relacionadas à plataforma, o que nos levou a considerar também noções da análise de discurso digital concordando com a proposta de Dias (2016)

[...] proponho uma reflexão a propósito dos efeitos dessa mudança no que concerne ao método e às novas práticas de análise que se impõem, fazendo com que a teoria retorne sobre suas bases teóricas e produza noções que deem conta das especificidades dos objetos de análise digitais. (Dias, 2016, p. 11)

No vídeo selecionado, cinco amigos surdos se revezam em descrever situações, por eles vividas, usando a ironia como protesto. São declarações breves nas quais relatam situações pessoais experienciadas no âmbito do trabalho.

É possível considerar tais relatos como um tipo de testemunho com base na análise de testemunho descrita por Mariani (2016), tendo em vista que o termo é usado pela autora em seu texto quando o relato envolve não mera exposição de acontecimentos, como narrar como foi o seu dia, por exemplo. Antes, a autora relaciona o termo testemunho com relatos de experiências emocionalmente

desagradáveis, dolorosas, “testemunho enquanto relato de experiências (traumáticas) vividas” (p.58).

[...] testemunho supõe uma implicação subjetiva no que se está narrando. Nesse sentido, é um termo vinculado a alguém que passou por alguma experiência de vida (um evento, nas palavras de Agamben) traumática e que, com o relato disso que vivenciou, pode dar um testemunho, ou seja, transmitir aos outros o que foi ter passado por essa experiência. Dar testemunho é transmitir, por via oral ou escrita, essa experiência. Há, portanto, sujeito inscrito no testemunho, há enunciação, nos termos da psicanálise, naquilo que se narra (Mariani, 2016, p. 55).

Na legenda em língua portuguesa que acompanha o vídeo em Libras, o autor explica o objetivo da elaboração bem como da postagem do vídeo produzido por ele e os quatro amigos que também participam compartilhando suas experiências. O vídeo pode ser acessado acionando o código QR abaixo. A descrição em língua portuguesa conforme aparece na página está reproduzida a seguir.



Acesso ao vídeo

Entramos nessa brincadeira, contando algumas situações ABSURDAS que acontecem com comunidade surda. As palmas são IRÔNICA, em forma de piada para as situações capacitistas. Tem cada coisa sem noção, desnecessárias e que nos faltam com respeito. Precisamos mudar isso! Quando seremos reconhecidos? Somos surdos, nós podemos FAZER!”

(grifos do autor)

Vídeo coletado da página de @isflocos no Instagram. Não foram realizados ajustes ortográficos nas frases escritas por surdos em língua portuguesa presentes neste texto. Permanecem conforme se encontram na fonte.

Podemos observar na legenda o funcionamento da ironia diante das enunciações “entramos nessa brincadeira” e as “palmas irônicas em forma de piada”⁶. Elas aparecem no contexto no qual expressões como “situações absurdas”, “situações capacitistas”, “sem noção”, “desnecessárias” e “nos faltam com respeito” também são encontradas.

Tais expressões indicam situações em nada engraçadas por si mesmas. Descrevê-las assim é como ver-se diante de absurdos e escolher ironizar como revolta ou protesto. Em língua portuguesa temos ditos populares usados por brasileiros para descrever tais situações. É o famoso “seria cômico se não fosse trágico” ou “rir para não chorar”. A ironia vem do inusitado, seu funcionamento aparece como ingrediente para produzir o efeito do humor e produzi-lo de tal forma é fazer arte.

Fazer arte é se desfazer do óbvio no jogo ideológico. Provocar o inusitado, a falha da interpelação mexendo com os sujeitos e os restaurando mentalmente para que possam enfrentar o jogo político da Formação Social. Rir é dizer não à interpelação, mesmo que por um curto instante. É se dar conta do ridículo dos rituais cotidianos. É dizer o que pensa com a desculpa que é somente uma piada. Os sujeitos, através da história, utilizam o humor para suportar as idiosincrasias das pressões ideológicas. A arte tem uma função profilática para o funcionamento da sociedade (Oliveira, 2018, p.73).

Segundo Oliveira (2018), “fazer humor é fazer os sentidos mancarem. Rir faz o sujeito pensar” (p.50). O autor nos lembra também que “sujeitos e suas obras são resultado da tensão permanente da luta de classes sociais que garante o funcionamento da formação social estabelecida em seu tempo. A interpelação ideológica, portanto, é matéria prima para o humor” - (Oliveira, 2018, p.16).

A interpelação ideológica refere-se ao processo pelo qual os sujeitos são chamados ou convocados a ocupar certos lugares dentro de uma estrutura ideológica específica, o que influencia seus posicionamentos e relações com o mundo, atuando assim como um mecanismo de interação social e de construção de subjetividade que

⁶ Alguns autores, como por exemplo Silveira (2022), apresentam a temática “humor surdo” por meio da análise das clássicas “piadas surdas”, este, no entanto, não é o viés deste trabalho.

faz com que o efeito do humor seja alcançado.

Levar em conta o conceito de interpelação ideológica, desenvolvido por Louis Althusser e posteriormente incorporado por Michel Pêcheux, nos possibilita verificar o funcionamento do humor ao analisar como os sujeitos são constituídos e posicionados dentro das formações discursivas.

Quando os sujeitos são expostos ao discurso, eles são interpelados como sujeitos sociais específicos, que ocupam posições e papéis dentro das estruturas ideológicas dominantes. Esse processo de interpelação encontra-se no âmbito do inconsciente, moldando as percepções e comportamentos dos sujeitos de acordo com as normas e valores dominantes de uma dada sociedade sem que estes, no entanto, disso se aperceba conforme posto por Orlandi (2015) como esquecimento ideológico.

Esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes... Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. (Orlandi, 2015, p. 33)

Tal processo dinâmico e contínuo ocorre em meio a uma multiplicidade de práticas sociais nas quais os sujeitos não são simplesmente passivos receptores de mensagens ideológicas, mas participantes ativos na produção e negociação de significados dentro de contextos discursivos específicos, como neste contexto que nos é interessante nesta pesquisa quanto à produção e efeito da ironia.

Orlandi (2015, p. 14) nos lembra que a Análise de Discurso leva em conta “o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”.

Secionando a proposta da referida autora, podemos verificar a relação estabelecida pela língua na articulação sujeito-língua-história por considerar o conjunto de elementos sociais, políticos, históricos e culturais que influenciam a produção, circulação e interpretação dos discursos. Em outro trabalho, ao descrever tal relação, Orlandi (2013) acrescenta

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos tomados pela língua como sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Algo do mundo tem de ressoar no "teatro da consciência" do sujeito para que faça sentido... Há condições para que ela surta seus efeitos. Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como sistema significante importe, e muito. Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem, e em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. Ao real da língua corresponde o real da história. (Orlandi, 2013, p.76,77)

Visto que os discursos são atravessados por eventos históricos, tradições culturais e memórias compartilhadas, suas representações e significados serão moldados por tais fatores. Ao analisar as situações nas quais o dizer é produzido podemos perceber como o processo sócio-histórico e as condições de produção moldam suas características e significados, e como fornecem o contexto no qual os discursos são formulados e seus sentidos podem ser depreendidos.

Portanto, analisar as condições de produção que moldam o discurso envolve a investigação das ideologias presentes nele e como estas são reproduzidas, contestadas e transformadas através da prática discursiva. Nesta proposta de análise, nos interessa considerar como fatores sociais, políticos, históricos e culturais podem ser percebidos na produção de significados e relações de poder através da linguagem; o que contribui para compreendermos dinâmicas sociais e ideológicas presentes nos discursos e sua relação com as estruturas mais amplas da sociedade.

Partindo de tais concepções, apresentamos a seguir os recortes, ou seja, as sequências discursivas (SD) que isolamos por meio de prints do vídeo com sua transcrição, seguidos pela possibilidade de tradução a partir da Libras para língua portuguesa e a nossa proposta de análise.

4.2 Proposta de Análise

SD 1:



⁷ As marcas não manuais nas línguas de sinais são expressões faciais e corporais geralmente simultâneas à articulação de um sinal. Optamos por usar a sigla MNM para tais marcações em nosso texto tal como utilizado por tradutores nos roteiros em português para gravação de traduções em língua de sinais.



PROFESSOR



- LIBRAS!

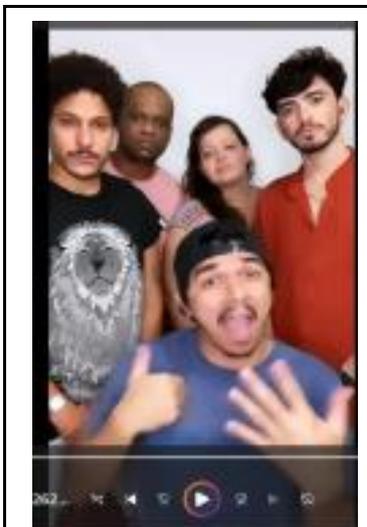
Posição inicial do sinal



LIBRAS!!

Posição final do sinal

(MNM entusiasmo)



EU+MNM entusiasmo



PARTICIPAR



CURRÍCULO



IR+ENTREGAR

MNM

movimento=
rapidamente +
entusiasmo

(posição inicial do sinal)



ENTREGAR

MNM= entusiasmo

(produção do sinal em
direção ao referente)



ENTREGAR

MNM= decepção



PROFESSOR



SÓ



OUVINTE



Possibilidade de Tradução:

Tenho formação acadêmica, então, quando vi edital para professor de Libras pensei-oba tudo a ver comigo, vou participar! Fui correndo me candidatar, entreguei meu currículo, mas para professor só sendo ouvinte...

Todos: aeaaaaa!!!

Como posto anteriormente, todos os elementos que compõem uma cena são considerados na análise fílmica. Nas cores, luz, cenário e em tudo o mais que é apresentado é possível observar a intenção, está ali com uma função. Com a disposição dos personagens não é diferente, como em qualquer materialidade fílmica, significa.

No caso do vídeo em questão, o cenário não traz nenhum objeto ou ornamento,

apenas uma parede lisa, branca, serve de fundo para a organização dos participantes em cena. O que vemos é: ao fundo quatro pessoas de pé, paradas e uma à frente e ao centro, mas sentada, de modo que as expressões faciais das cinco pessoas em cena possam ser vistas. Todos estão bem próximos uns dos outros e disposição dos participantes passa a impressão ao espectador de um semicírculo.

Quanto à atuação, as expressões faciais e corporais que misturam perplexidade e indignação dos quatro participantes ao fundo, apresentam um funcionamento enunciativo de uma produção coletiva. O que é verbalizado em Libras pelo participante que assume a posição central e à frente é simultaneamente acompanhado pela expressão facial “congelada” dos participantes ao fundo, como se não pudessem acreditar no que está sendo dito, marca ou ressalta a ironia.

A formulação do enunciado inicia com a declaração “tenho formação acadêmica” o que poderia ficar subentendido pelo simples interesse por determinada vaga. Tal formulação significa uma vez que é possível a partir dela observar a necessidade de afirmação da formação por parte do professor surdo.

A descrição da situação vai da euforia para a frustração. Ao tomar conhecimento de um edital com vaga para professor de Libras, o que condiz com sua formação, o entusiasmo é evidente, mas logo cai na decepção ao constatar que a vaga seria apenas para ouvintes.

Ao final, a enunciação coletiva produz surpresa quando tanto o narrador quanto os participantes ao fundo mudam abruptamente as marcações não manuais (MNM), ou seja, as expressões faciais e corporais ao gargalharem enquanto sinalizam aplausos.

As palmas e risos irônicos causam a ruptura e o inesperado da cena, produzindo assim o efeito de humor. O inusitado está na gargalhada que subverte, subversão no sentido de que causa uma perturbação no funcionamento esperado. Rir não seria o desfecho natural para um enunciado que descreve uma situação lamentável.

Tal antítese corrobora para a produção do efeito do humor. A ironia frequentemente envolve expressão de sentimentos ou opiniões opostos aos que são

realmente mantidos pelo locutor. Isso cria uma crítica sutil ou até mesmo uma subversão do discurso dominante neste caso o que questiona a capacidade, as condições ou as qualificações do professor surdo.

Na AD é possível investigar como a ironia é usada para desafiar discursos autoritários e preconceituosos. De acordo com as afirmações de Oliveira (2018) a “posição ocupada pelos sujeitos determinará as condições de produção dos discursos que criam o contraste necessário para o acontecimento do humor”. (Oliveira, 2018, p. 16).

A afirmação inicial “tenho formação acadêmica” revela a posição sujeito e o momento histórico de onde se fala. Orlandi, (2015) nos lembra que “o sujeito discursivo é pensado como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz”. (Orlandi, 2015, p. 47)



PROFESSOR LI-BRAS!! EU!!

Tanto na fala “tenho formação acadêmica”, como em “sou professor” encontramos dizeres que o significam. Não é um enunciado do indivíduo, podemos dizer que é sua posição professor surdo falando. E da mesma forma, isso lhe dá identidade relativa a outras, conforme exemplificado por Orlandi (2015) quando traz a “posição-mãe” para relacionar com a posição sujeito que suas falas podem revelar.

Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala "Isso são horas?" ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz etc. (Orlandi, 2015, p. 47)

No momento do desapontamento, a fala “professor só ouvinte” condiz com o dito, bem como com o não dito em muitos editais e processos seletivos. O não-dito pode ser depreendido quando as orientações para contratações ou os editais apontam nas atribuições para o cargo do professor de Libras que a atuação será para as disciplinas de Libras e língua portuguesa, por exemplo.

Quando os editais especificam como requisito para professor de Libras graduação em Letras com habilitação em português e Libras deixa de lado a esmagadora maioria de surdos, para não dizer todos, formados em Letras/Libras. Embora não se diga nesses casos que o professor precisa ser ouvinte, tal entendimento fica subentendido no contexto.

O subentendido depende do contexto. Não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. Essa teoria, a da semântica argumentativa, desenvolveu-se aprofundando certas noções, modificando outras, mas mantém o fato de que o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se. De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam. (Orlandi, 2015, p. 80)

Como exemplo para as duas formas, a subentendida e a declarada, de dizer que “para professor só ouvinte”, podemos citar um edital publicado em Santa Catarina para os cargos de professor bilíngue-Libras e Professor de Libras/AEE - Instrutor – Itinerante⁸.

O não dito no referido edital⁹ gerou algumas movimentações da comunidade

⁸ Secretaria de Estado da Educação-SC. EDITAL 2362/2023 disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/index.php>

⁹ Trechos recortados do edital servirão como corpus auxiliar neste trabalho que apresenta como corpus discursivo central os recortes fílmicos.

surda nas plataformas *digitais* na ocasião de sua publicação porque propunha a mesma prova prática tanto para tradutores intérpretes quanto para o cargo denominado como professor bilíngue- Libras, sendo estas funções distintas.

A prova prática envolvia ainda uma dinâmica própria para o trabalho de interpretação e específica para profissionais ouvintes pois consistia em ouvir um vídeo em língua portuguesa e interpretá-lo simultaneamente para Libras e o contrário, fazer a interpretação oral para língua portuguesa, também chamada por alguns como “versão voz”, a partir de um vídeo em Libras.

Uma prova prática para professor bilíngue- Libras, mas que ao invés de propor questões didáticas e metodológicas no processo ensino-aprendizagem na educação bilíngue para surdos, propunha verificar a proficiência linguística adotando procedimentos avaliativos para competências tradutórias, ou seja, outro campo de conhecimento.

No mesmo edital, para além das entrelinhas, o dito “professor só ouvinte” aparece de forma direta quando declara textualmente que determinadas vagas para professores de Libras sejam destinadas apenas para ouvintes. É o caso do cargo professor bilíngue- Libras, conforme podemos observar nos trechos recortados a seguir:

Edital- Trecho1

Áreas de conhecimento de referência- Professor Bilíngue – Libras

Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Bilíngue; - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com curso de Pós-Graduação em Libras; Curso Normal Superior com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial. OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PRECISA SER OUVINTE.

Edital- Trecho 2

Áreas de conhecimento de referência Professor de Libras/AEE - Instrutor – Itinerante

Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva; Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com curso de Pós-graduação em Libras. Diploma e Histórico Escolar de conclusão do curso de licenciatura plena em Pedagogia Bilíngue. OBSERVAÇÃO: ESTE PROFESSOR PODERÁ SER SURDO.

Cabe ressaltar que o grifo, as frases em caixa alta, nas sequências discursivas apresentadas “este professor precisa ser ouvinte” e “este professor poderá ser surdo”, não é nosso, é desta forma que de fato aparece no edital. O curioso é que o edital apresenta para ambos os cargos as mesmas ementas, descreve as mesmas competências gerais e específicas dos componentes, habilidades e objetos do conhecimento dos componentes curriculares.

Mas, enquanto para professor bilíngue-Libras encontramos a especificação que este PRECISA ser ouvinte, para professor de Libras/AEE - Instrutor – Itinerante não aparece a exigência de que este professor precise ser surdo. Antes, o que vemos é mais uma forma de “permissão” determinando o que ou onde o sujeito poderá ou não ir, fazer, atuar, dizer. Tal sentido é depreendido no enunciado “este professor PODERÁ ser surdo”.

Percebe-se assim as relações de poder que estruturam a sociedade e sustentam a produção e recepção dos discursos. Por isso, analisar as condições de produção de discursos, como os presentes nos exemplos citados em processos seletivos para professor de Libras, envolve a análise das hierarquias sociais, políticas e culturais que afetam quem tem voz e autoridade para falar, bem como quem é marginalizado ou silenciado nos discursos.

Tal como a fala no vídeo que compõe nosso *corpus*, “professor só ouvinte”, as observações no edital “este professor precisa ser ouvinte” para o cargo de professor bilíngue-Libras e “este professor poderá ser surdo” para professor de Libras/AEE - Instrutor – Itinerante, tende a significar que o não ouvir ou ser surdo o desqualifica como professor nos discursos circundantes.

A imagem de decepção e indignação que vemos no enunciado em Libras diante da formulação “professor só ouvinte” faz ecoar ou retoma discursos como os percebidos nas deliberações e resoluções ocorridas em 1880, em Milão, conforme consideramos no breve histórico da educação de surdos nesta dissertação.

[...] a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação

do discurso (Achard, 1999, p. 17).

Percebe-se assim uma formulação discursiva que considera surdos em posição subjugada ou inferior. Como se o sujeito surdo, ainda que com formação, fosse incapaz de protagonizar, especialmente no âmbito educacional, como se esse espaço ou posição só pudesse ser ocupado por ouvintes.

Nas palavras de Oliveira (2018, p. 50), “o preconceito é a resistência reacionária da admissão de um lugar diferente para os sujeitos, que não o designado pelas condições históricas de produção”. Especialmente para a docência, ainda circulam discursos atravessados por posições imaginárias que colocam o sujeito surdo como educando que, apesar de sua formação acadêmica como educador, não tivesse condições de exercê-la.

Retomando ainda ao final do vídeo que compõe nosso *corpus*, percebemos que o rompante de palmas, gargalhadas e gritos reforçam quão irônico é subestimar as qualificações do profissional surdo, com formação adequada à função proposta para o ensino da língua que por sinal, geralmente, é a sua língua de conforto e identificação, referida nos textos jurídicos e educacionais como primeira língua para surdos sinalizantes.

O caráter humorístico com as informações contrastantes presentes no enunciado coletivo aparece como desabafo, resistência e mobilização. Citando Pêcheux (2014 [1978], p.281) com sua famosa frase, Oliveira (2018, p. 52) destaca: “não há dominação sem resistência”. A comunidade surda tem resistido por meio de diversas ações ao longo do tempo, inclusive, como percebido em tempos mais recentes, através do humor compartilhado em diferentes espaços, principalmente em ambientes digitais.

Oliveira (2018) afirma citando Pêcheux de que “é preciso pensar e se revoltar” e ainda complementa com suas próprias palavras que “ousar pensar é ousar sorrir” (Oliveira, 2018, p. 95). Percebe-se a ousadia do pensar e se revoltar especialmente no rompante coletivo do riso ao final de cada declaração no vídeo analisado. Como veremos também nas declarações dos demais participantes a seguir.

SD 2:



Soletração Manual- V-A-G-A



P-c-D (Pessoa com Deficiência)

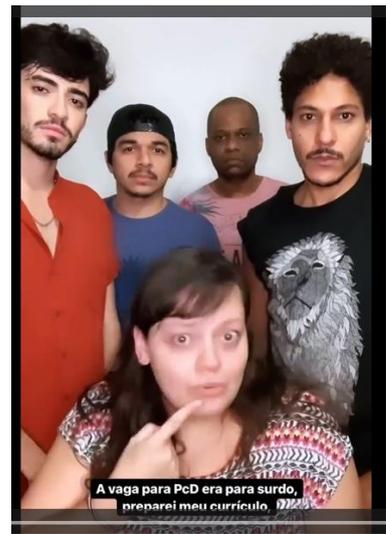


PARA



SURDO

(posição inicial do sinal)



SURDO

(posição final do sinal com MNM de ênfase: tronco para frente e elevação das sobrancelhas)



EU+MNM afirmativa



PREPARAR+MNM indica apuro



CURRÍCULO (MNM que indica esmero é mantida)



ENTREGAR



MAS+MNM irônica



PRECISA+MNM irônica



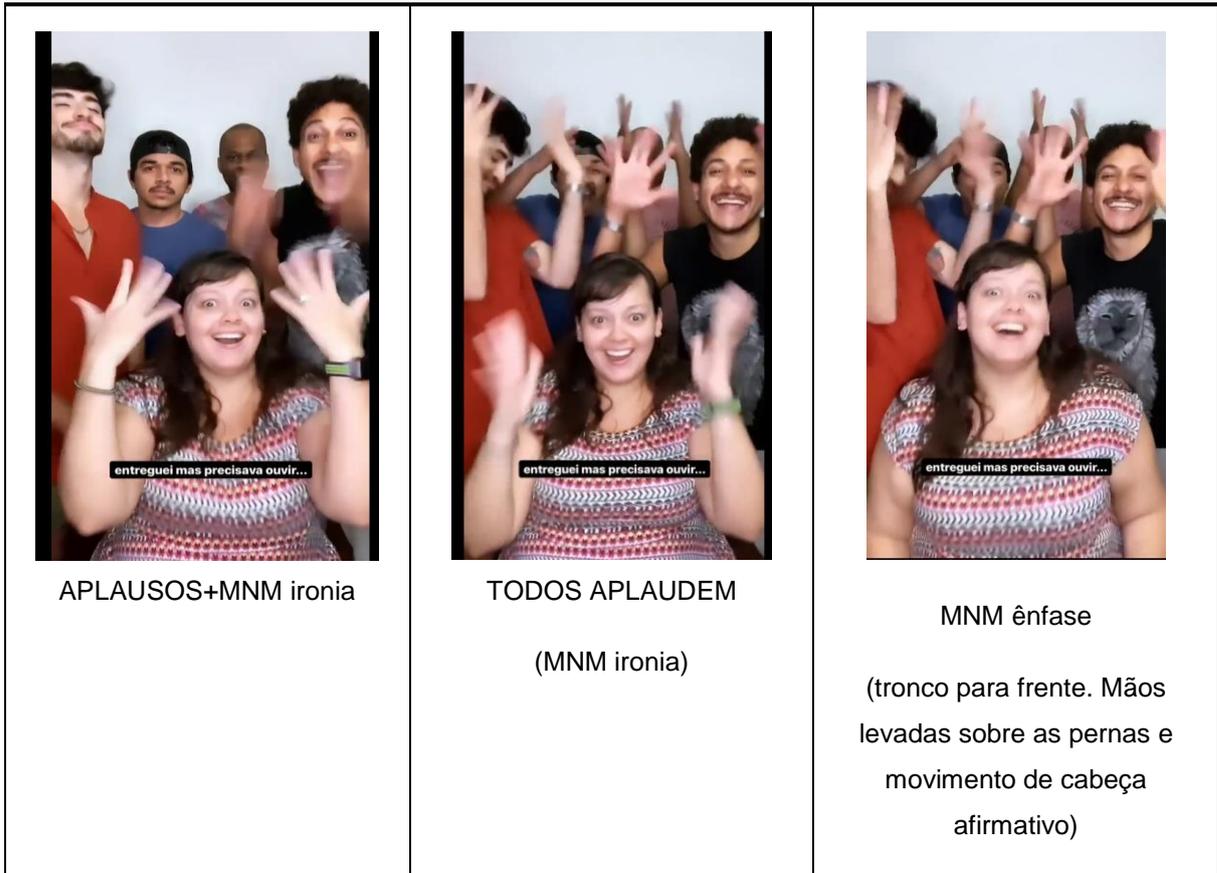
OUVIR (posição inicial do sinal)



OUVIR (posição final do sinal)



MNM riso irônico +revirar olhar



Possibilidade de Tradução:

A vaga para PcD era para surdos, aí preparei bem meu currículo, fui entregar, mas, precisava ouvir. É mole?

Todos: aeeeeeee!!!

Ao vermos acentuado no enunciado o fato de preparar com apuro o currículo, mostra que a participante acredita se encaixar nas atribuições requeridas para a vaga. A cena mostra seu entusiasmo e capricho na preparação, esboçando certa medida de confiança em vista da ciência da própria formação, experiência ou saber possuir habilidades condizentes com os requisitos para o cargo. Portanto, concorrer à vaga é uma possibilidade real.

Daí então o inusitado aparece, a vaga é para surdos (sou surda, ela confere), M-A-S, precisava ouvir. Toda a empolgação é suprimida diante da barreira do

preconceito linguístico com o qual se depara.

Antes do enunciado “precisava ouvir” aparece o item lexical adversativo “M-A-S”, que em Libras apresenta algumas possibilidades de sinalização. O sinal que escapa, na língua que diz no sujeito, é um que denota ou produz o sentido de barreira ou impedimento. Usar este sinal mais denso e não outro com a ideia de uma condição, porém mais leve, significa e nos é interessante nesta proposta de análise.

A marcação não manual (MNM) que indica ironia começa simultaneamente ao realizar o sinal que corresponde ao M-A-S em LP. Essa quebra que “mas, precisava ouvir” produz, nos tira do lugar espectador da narrativa. Embora nos leve ao riso, a estranheza do enunciado nos leva à reflexão. De acordo com Oliveira (2018, p. 50) “Fazer humor é fazer os sentidos mancarem. Rir faz o sujeito pensar”.

Sobre o efeito que a ironia produz, entendemos que o humor muitas vezes envolve ambiguidade e dupla leitura, o que significa que uma mensagem pode ser compreendida de diferentes maneiras.

Explorar como o humor é usado para criar ambiguidade intencional à luz da AD envolve perceber como o sujeito pode ser atravessado por novas interpelações diante do que lhe parece inusitado e como diferentes sujeitos atribuem diferentes sentidos em um gesto próprio de interpretação.

Estudar o humor é perceber como os discursos se entrelaçam e fazem o sujeito sair do seu lugar e experimentar novas interpelações. Montar o circuito, esperar o acendimento e apertar o gatilho que dispara as luzes. De alguma maneira, isso ajuda a entender a relação dos sujeitos com o humor. (Oliveira, 2018, p. 49)

O efeito de humor está na contradição apresentada no enunciado “é para surdo, mas, precisava ouvir”, declaração obviamente descabida, mas que, no entanto, para muitos surdos, especialmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, conforme estamos considerando aqui, não é nenhuma novidade.

No exemplo trazido pelo primeiro participante da cena, conforme vimos anteriormente, a vaga para professor seria só para pessoas não surdas. Agora, com a segunda participante da cena, vemos “precisar ouvir” para ocupar uma vaga

destinada a surdos. Podemos inferir de tal enunciado que “precisava ouvir” significa comportar-se como se não fosse surda, interagir como ouvinte.

Como assim? Poderia indagar alguém que não faz parte desse universo. Mas, trazendo aqui a vivência desta pesquisadora enquanto pertencente à comunidade surda que presencia frequentemente e em diferentes âmbitos, situações assim, principalmente nas atuações profissionais como intérprete.

Tanto que, em geral, em contextos nos quais fará a mediação comunicacional entre a pessoa surda e seu interlocutor ouvinte, passou a adotar a seguinte postura de dizer já no primeiro contato, ao se apresentar para pessoa ouvinte que não sabe Libras que será sua intérprete.

Adotar tal hábito se deu primeiro pelo entendimento que a participação naquela interação não seria necessária se a pessoa ouvinte soubesse Libras, neste caso, a conversa, atendimento, entrevista etc. seria diretamente entre ela, a pessoa ouvinte, e a pessoa surda sinalizante. Também para direcionar que a atenção dela deverá ser para seu cliente, paciente, candidato à vaga etc. que naquele momento é a pessoa surda. Ainda assim, em tais ocasiões, é bastante comum se dirigirem à intérprete com as frequentes indagações sobre a pessoa surda:

- _ Não escuta nada? Nem com aparelho? Ou,
- _ Mas, consegue falar? Se eu falar pausadamente el@ entende, não é? Ou ainda,
- _ E se eu escrever el@ consegue responder escrevendo também, certo?

Nesses casos, faz parte do trabalho do intérprete direcionar os questionamentos à pessoa surda e quando esta os responde negativamente e diz que sua língua é a língua de sinais, é comum observarmos no interlocutor uma expressão de decepção ou um olhar apreensivo, algumas vezes até um coçar a cabeça como quem acaba de se deparar com um problema.

Percebe-se que para tais pessoas, não há problema em, por exemplo, o funcionário ser surdo, desde que possam se comunicar “normalmente” com ele. É o “famoso” (para a comunidade surda), ele é surdo, mas, pode falar com ele “normalmente” que ele entende. Como se sinalizar fosse uma anormalidade.

Depreende-se aqui o discurso da normalização do sujeito e subestimação de sua língua.

Em “a vaga era para surdo, mas precisava ouvir” notamos a reprodução de tal discurso que busca o controle do corpo alheio, não pelo controle quanto aos decibéis de perda auditiva, mas pelo encaixar-se no modelo que consideram ser o padrão, o do ouvinte.

Reflete a ideia de que a pessoa pode não ouvir, mas deve se comportar como se ouvisse. Pode ser surdo, desde que não deixe aparente sua diferença. Pode ser surdo, desde que não manifeste marcas culturais e linguísticas que difiram das majoritárias. Desde que aparente equiparação à norma ouvinte, como posto por Rezende (2010)

Temos uma história de discursos que narram o ser surdo como um deficiente que precisa ser corrigido para se equiparar à norma ouvinte; discursos que tratam o sentido da audição como algo premente no mundo ouvinte. Foucault (2002) fez uma análise do discurso médico institucionalizado, do qual desvelou a constituição da noção de anormalidade. Essa noção se alastrou pelos discursos e práticas psiquiátricas e pedagógicas, formando um só discurso para o exercício da normalização e do poder. O discurso da norma ouvinte reina sobre os sujeitos surdos, subestimando e subalternizando a língua de sinais. (Rezende, 2010, p. 143).

Voltando à cena do vídeo, vemos que a participante, ao concluir sua fala, exhibe expressões faciais e corporais, ou marcas não manuais, que nos permitem pensar em algumas possibilidades de tradução.

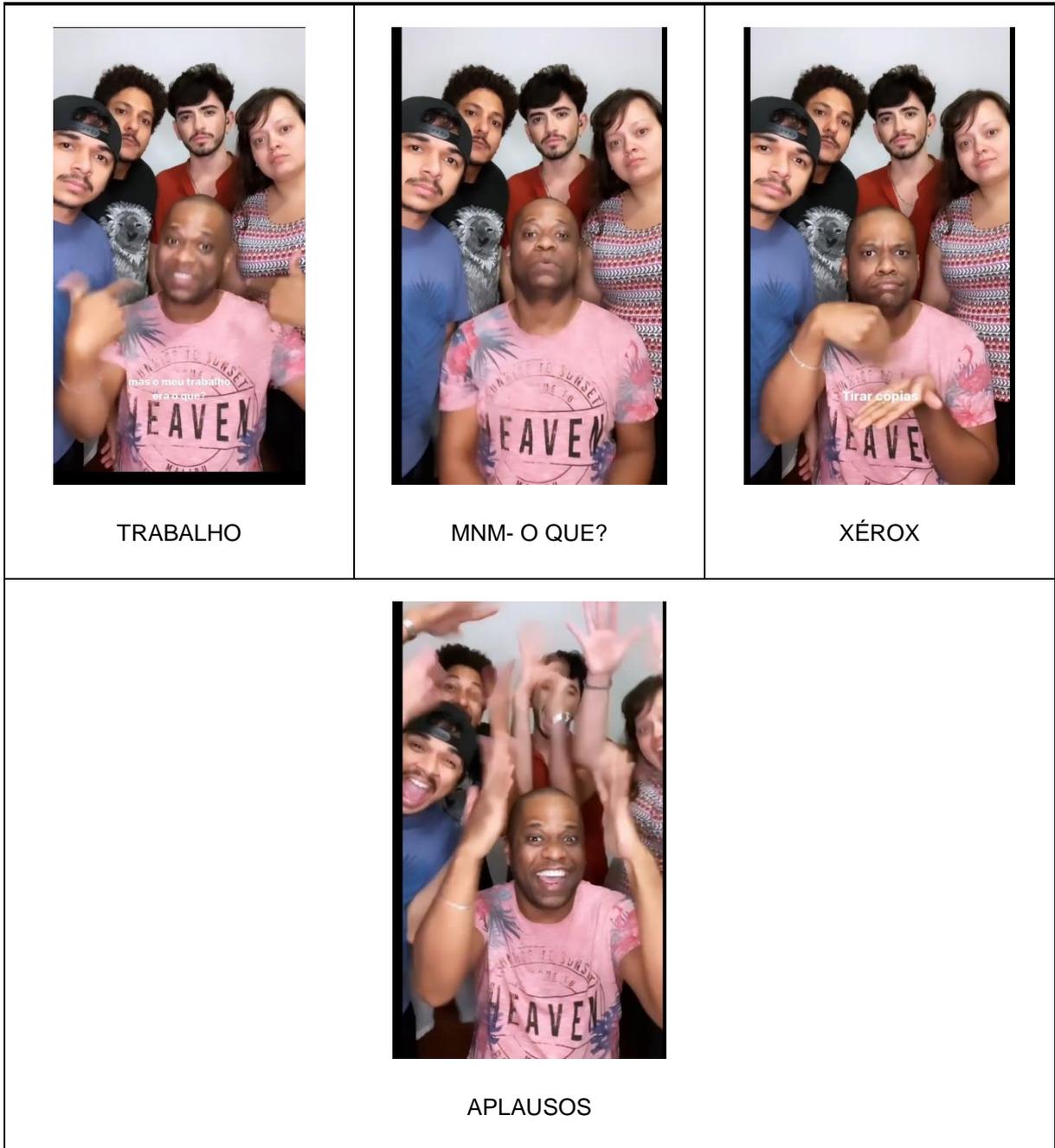
Na busca por equivalência de sentido na língua portuguesa, poderíamos traduzir as MNM carregadas de ironia como: “rir é o que resta” / “é mole?” / “acredita nisso?” / “pode uma coisa dessas?” / “dá para acreditar?” ... apenas para citar algumas opções coloquiais de tradução para português que dariam conta de expressar o absurdo de “precisar ouvir” para ocupar uma vaga destinada para surdos. De fato, retomando as afirmações sobre o humor conforme posto por Oliveira, rir é “se dar conta do ridículo dos rituais cotidianos” (2018, p. 73).

Enquanto os dois primeiros participantes do vídeo que compõe nosso *corpus* relatam situações descritas como barreira para o acesso ao mercado de trabalho na

área de sua formação, os três participantes seguintes apresentam relatos pós ingresso que descrevem preconceitos percebidos, ainda que velados, no ambiente de trabalho; conforme vemos a seguir.

SD 3:





Possibilidade de Tradução:

Sou formado em TI com pós-graduação em finanças. Consegui trabalho, para fazer o quê? Tirar cópias.

A ironia ao descrever a evidente ruptura entre a formação acadêmica e a função desempenhada evidencia desconforto e indignação diante da desigualdade de reconhecimento do profissional surdo no ambiente de trabalho. Não é o não ouvir que o limita a exercer função condizente com sua formação, é o que o não ouvir pode significar no ambiente corporativo, que na situação descrita nota-se ecoar o discurso da incapacidade do sujeito surdo.

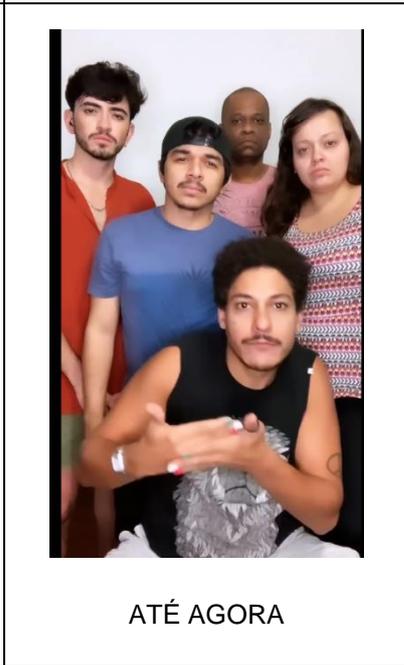
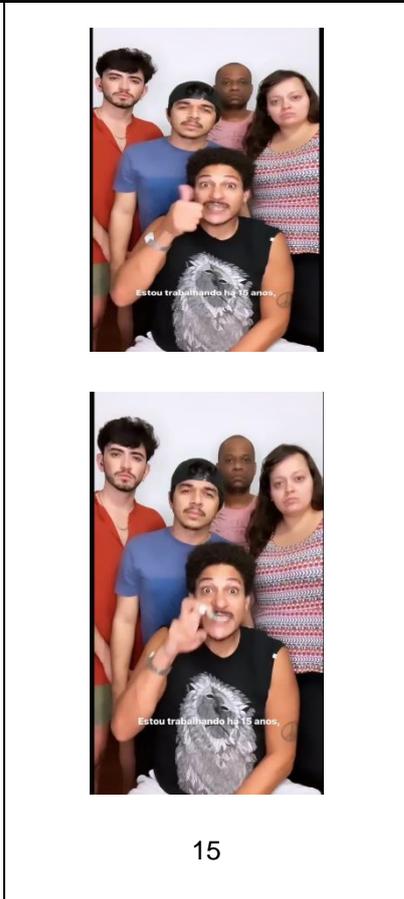
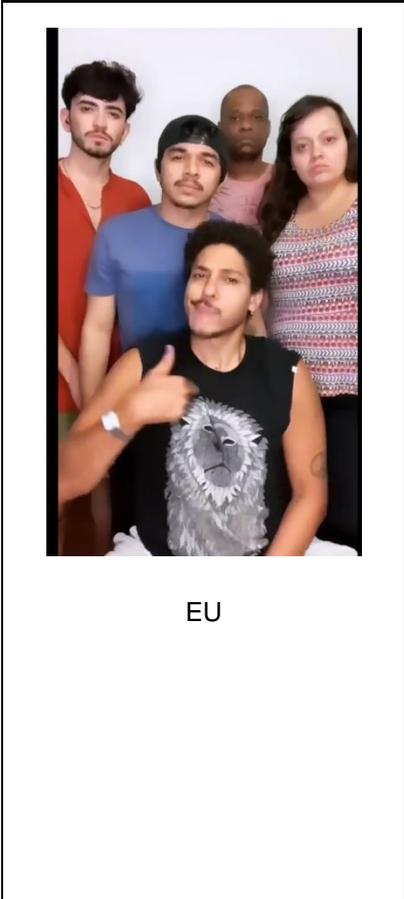
Ao usar a ironia como forma de protesto e expressão de insatisfação, o sujeito posiciona-se em oposição frente a uma formação discursiva que perpetua a ideia de que o trabalho qualificado deve ser destinado aos ouvintes, ou que funções de maior complexidade não devem ficar a cargo de uma pessoa surda. Esse discurso reflete a internalização de preconceitos e reprodução de práticas por estes moldadas que sistematicamente invisibiliza ou desvaloriza o sujeito surdo dentro do ambiente profissional.

Neste respeito, encontramos em Orlandi (2013), como a hierarquização de sentidos e as simbólicas relações de poder estão associadas ao histórico-social preconceito.

Do ponto de vista do discurso, o preconceito é uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais, e fortemente mantida por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar. Os sentidos não podem sempre ser os mesmos por definição. Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que, na história, vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, homogeneizando-os de acordo com as relações de sentidos e, logo, as relações sociais. O preconceito é de natureza histórico-social, e se rege por relações de poder, simbolizadas. Ele se realiza individualmente, mas não se constitui no indivíduo em si e sim nas relações sociais pela maneira como se significam e são significadas. (Orlandi, 2013, p. 222)

Algo bastante parecido, o preconceito velado, percebido no não reconhecimento das competências do sujeito surdo é um sentido que pode ser depreendido também na descrição da situação vivida pelo próximo participante no vídeo.

SD 4:



	(posição inicial do sinal)	(Posição final do sinal)
  OUVINTE+ESPAÇO	 TRABALHAR	  UM ANO
 PROMOVIDOS	 PROMOVIDOS	 E EU?

DOIS ANOS		
 <p data-bbox="392 898 469 927">NADA</p>	 <p data-bbox="703 898 962 927">MNM RISO IRÔNICO</p>	 <p data-bbox="1166 898 1313 927">APLAUSOS</p>

Possibilidade de Tradução:

Estou trabalhando há 15 anos. Durante este tempo, ouvintes que estavam lá há 1 ou 2 anos eram promovidos. E eu? Nada!

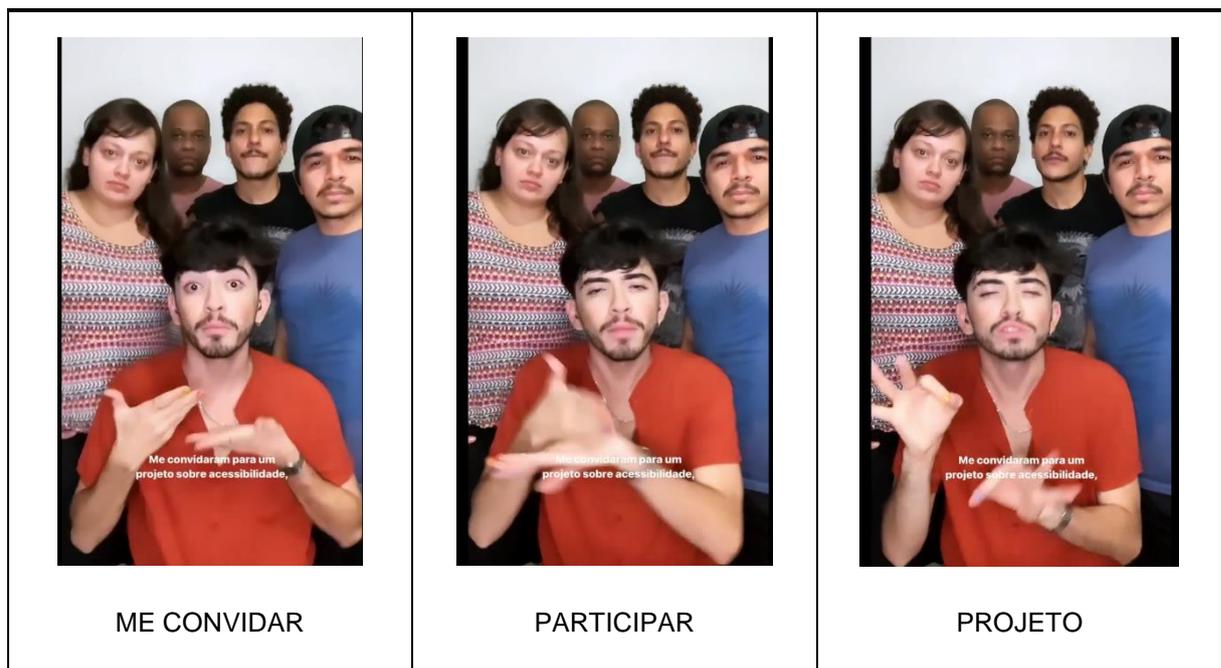
Tal como no exemplo anterior, percebemos aqui marcas de uma discursividade que apaga, como que colocando o sujeito surdo numa zona de “invisibilidade” social produzindo sentido de anulação. Um processo que, dentro das formações discursivas dominantes com suas implicações diretas na construção das relações de poder, desconsidera a capacidade profissional e potencialidades em relação ao sujeito surdo.

A situação descrita, a ausência de promoção mesmo após anos de serviço, enquanto outros com menos tempo a conquistaram, explicita uma diferença nas oportunidades oferecidas a surdos e ouvintes e sugere uma forma de silenciamento, onde suas capacidades e experiência são desconsideradas impedindo sua ascensão. Uma espécie de barreira imposta possivelmente moldada, mais uma vez, pela visão baseada em preconceito linguístico e na percepção limitada e distorcida das

capacidades da pessoa surda. Sobre tal forma de discriminação, lemos em Orlandi (2013, p. 223) que “somos discriminados toda vez que, como sujeitos, somos impedidos de significar e de circular por diferentes processos de significação, diferentes modos de significar e de nos significarmos. O preconceito é uma questão de ordem ética da significação.”

Percebe-se na declaração “E eu? Nada!”, um sujeito dividido, afetado pela contradição entre o que se espera (promoção baseada no mérito) e o que ocorre (estagnação) resultante de um sistema que valoriza mais a identidade ouvinte. A reação irônica que modula a cena não disfarça a decepção presente na narrativa.

SD 5:





TEMA



FOCO



ACESSIBILIDADE



DEPOIS (início da produção do sinal) MNM espanto



DEPOIS (posição final do sinal) MNM espanto



FIM (início da produção do sinal)



FIM (posição final do sinal)



NÃO TER (enfático- 2 mãos)



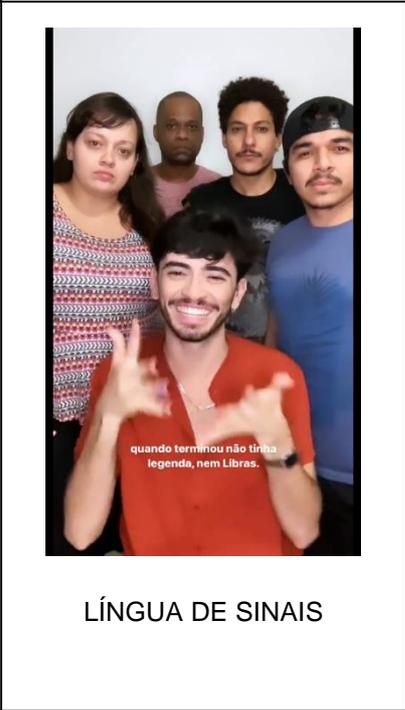
LEGENDA (início do sinal)



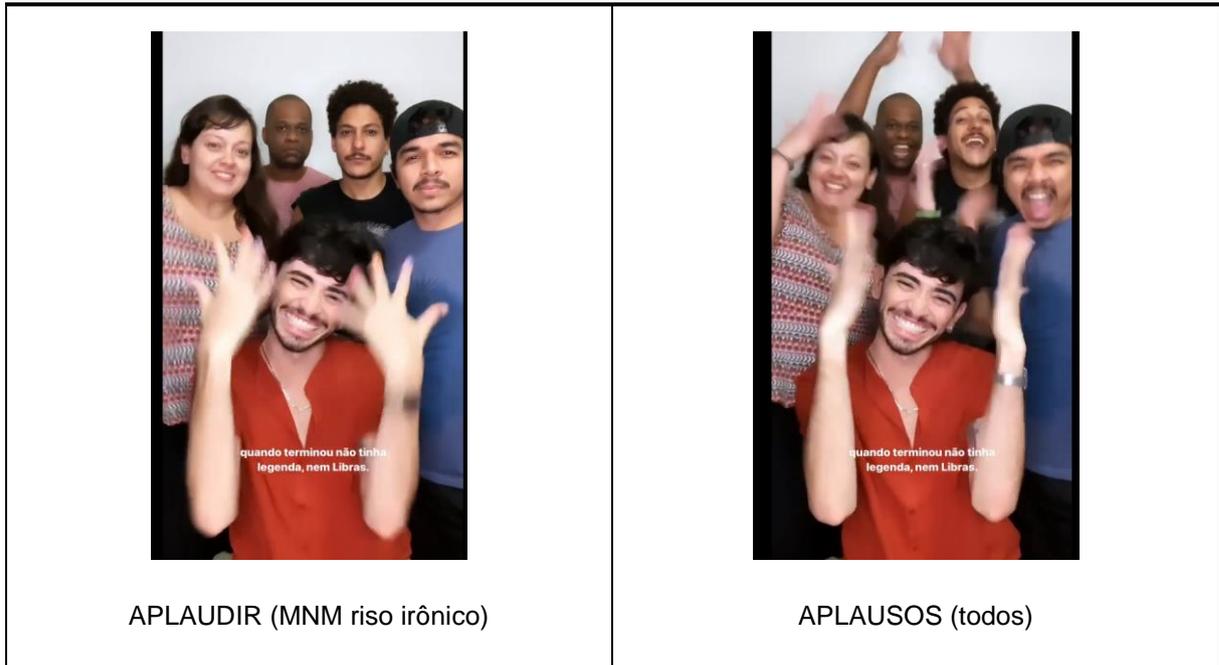
LEGENDA (posição final do sinal) MNM ironia



NADA (MNM ironia)



LÍNGUA DE SINAIS



Possibilidade de Tradução:

Me convidaram para participar de um projeto sobre acessibilidade. Depois de pronto não havia nem legenda, nem Libras.

Com o exemplo trazido pelo quinto e último participante da cena nos é apresentada a incoerência entre discurso e prática. Discurso que se insere numa formação discursiva na qual a acessibilidade é tematizada, mas não efetivada. Ter uma pessoa surda na equipe, portanto, pode ter funcionado como mero recurso simbólico, talvez para argumentação de se formar uma equipe “inclusiva”, pois ações para acessibilidade linguística para surdos não foram concretizadas, o que se imagina que deveria ocorrer dado o convite para sua participação no projeto.

Em um contexto sócio-histórico no qual determinadas políticas públicas de incentivo à inclusão incluem ações de fomento, bolsas, participação em editais para captação de recursos financeiro, verbas etc. a acessibilidade, que poderia ser promovida, muitas vezes é tratada de maneira superficial, sem considerar as necessidades reais do grupo que deveria ser beneficiado.

No que diz respeito à língua de sinais, como por exemplo, vídeos com janela de tradução ou interpretação para Libras, quando inserida, por vezes não atende às especificações técnicas recomendadas, ou seja, a presença é apenas simbólica, ou só para dizer que tem. Na descrição da experiência relatada pelo participante no vídeo, enquanto o convite sugere uma tentativa de acessibilidade, a falta de tais recursos no produto final (sem legendas ou Libras) coloca em cena uma contradição discursiva, semelhante a contradição do discurso da inclusão conforme o entendimento esboçado por Costa (2014)

[...] o discurso da inclusão ratifica a exclusão. Esse funcionamento se inscreve em uma sociedade marcada por práticas de segregação, cujos sujeitos têm ou não lugar, cujos sentidos se constituem politicamente, ou seja, são divididos pelas relações de poder instauradas nas relações sociais. Com efeito, o discurso da inclusão explicita de que maneira a contradição afeta os sujeitos na sociedade à medida que produz enquanto efeito a ideia de que "Todos têm lugar". A contradição é a de que se todos têm lugar, por que alguns precisam ser incluídos? (Costa, 2014, p. 134)

Desta vez, o que dispara o riso ou produz o efeito do humor irônico é a incoerência, ou contradição. De fato, parece piada não fornecer um produto acessível quando o projeto é sobre acessibilidade e conta com a participação de surdos.

Identificamos assim, nas três últimas SDs, situações no ambiente de trabalho que revelam formações discursivas que ecoam discursos da incapacidade em relação ao sujeito surdo sinalizante, como se o fato de não ouvir o impedisse de exercer funções para as quais está habilitado. A interpelação ideológica está presente em cada enunciado, onde o sujeito surdo é posicionado em um lugar de subalternidade, invisibilidade ou de participação simbólica.

Tal como descrito, na legenda em português, no post do vídeo que analisamos, as palmas que concluem cada SD, "são irônicas, uma forma de piada para situações capacitistas" e o discurso capacitista, percebido nas experiências relatadas, ignora que pessoas surdas sinalizantes se comunicam de maneira eficiente na língua de sinais, de serem independentes e de exercerem suas funções em diversas esferas da vida em sua língua de conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa focamos em observar como o humor irônico funciona como forma de resistência e protesto à luz da AD no contexto da comunidade surda. Através da Análise de Discurso materialista, foi possível identificar que as condições de produção histórica e contemporânea afetam diretamente a forma como os sujeitos se expressam e reafirmam sua identidade, cultura, língua e textualidade diferida especialmente em espaços digitais.

Inicialmente explicamos que devido à complexidade para a análise do *corpus* central deste trabalho, de materialidade linguística visual registrada em vídeo, julgamos ser necessário recorrer a alguns princípios de análise fílmica, e tal relevância foi confirmada ao longo do processo especialmente nas decisões de recortes nas SD apresentadas.

Em vista da necessidade de capturar as especificidades, sutilezas e nuances de uma língua visual, os procedimentos da análise fílmica nos foi norteador pois ao aplicá-los à análise do vídeo em Libras foi possível enfatizar que a materialidade visual dos sinais e das marcações não manuais, bem como a espacialidade do discurso, são elementos significativos que precisavam ser considerados especialmente ao lidar com uma língua que não é oral-auditiva.

Destacamos que o registro em vídeo não é apenas uma ferramenta de documentação, mas sim uma parte integral da materialidade significativa do discurso; justificamos desta forma a decisão pela captura quadro a quadro das cenas o que possibilitou preservar detalhes essenciais para a apreensão de sentidos, efeitos que a transcrição ou tradução direta para uma língua falada ou escrita não alcançaria.

Ao visitarmos conceitos propostos por Lagazzi (2011, 2013, 2017, 2019) e Vanoye (2008:1994) reforçamos a ideia de que nossa análise deveria considerar as diferentes materialidades significantes de forma integrada, em que a imagem, a postura, o gesto e o espaço não são meros complementos, mas sim partes constitutivas do todo que produz sentido e, em relação ao nosso *corpus*, a língua de sinais como componente linguístico ativo na construção de significados.

A este respeito, sublinhamos a diferença do olhar do analista sobre o vídeo que constitui o *corpus*. Na perspectiva do espectador comum, possivelmente uma apreciação superficial, e pelo olhar do analista, uma atividade intelectual que nos demandou examinar criticamente as condições de produção, as tensões e os gestos de resistência que emergiam do discurso em língua de sinais. O contato inicial com o *corpus*, para além de mero entretenimento, nos forneceu hipóteses que puderam ser investigadas com maior rigor ao adotarmos procedimentos propostos para uma análise fílmica.

Outro campo que podemos destacar como contribuição para este trabalho foram as noções teóricas da Análise de Discurso Digital, sendo este outro viés de nossa pesquisa, em vista de ser uma plataforma digital o veículo de circulação do vídeo analisado. Consideramos como o discurso digital é atravessado por fatores como a velocidade de disseminação de informações, as interações por vezes instantâneas entre usuários e o poder de quem domina as ferramentas digitais, conforme adicionado por Paveau (2021), o "o poder do saber tecnológico" como outra camada de análise na construção e disseminação de significados.

Com base em tais conceitos, a análise do *corpus*, vídeo em língua de sinais dentro de um contexto digital, nos permitiu explorar como os fatores citados impactam a produção e a apreensão dos sentidos de diferentes materialidades, de que forma é possível perceber como as postagens em ambientes online ou plataformas digitais, tais como o Instagram, podem funcionar como novos refúgios linguísticos em que a língua de sinais não apenas sobrevive, mas também se fortalece e evolui.

Além deste enfoque, com base nas proposições da ADD, vimos como as plataformas digitais moldam as interações dos usuários, incluindo a forma como os discursos são recebidos, contestados ou reforçados. Conforme discutido por D'Andréa (2020), as plataformas digitais não são neutras, elas são projetadas para facilitar certos tipos de interações e para capturar e direcionar as preferências dos usuários, o que pode afetar a circulação de discursos.

Não há como negar que o digital trouxe uma transformação profunda na discursividade global, impactando a forma como nos comunicamos, interagimos e compreendemos o mundo ao nosso redor. Como destacamos na fundamentação teórica, ao citar Dias (2016, p. 9), "o digital produziu uma mudança na discursividade

do mundo". Esse fenômeno não se limita a um único grupo ou contexto, como a comunidade surda, mas se estende amplamente à sociedade em geral, principalmente à urbana.

Para essa comunidade, conforme apresentamos, a adoção e exploração de recursos eletrônicos, ambientes digitais e espaços online têm sido especialmente útil, pois tais meios proporcionam novas oportunidades para a interação social, a educação, o trabalho, o entretenimento e muito mais, permitindo que pessoas sinalizantes participem em diversas esferas da vida contemporânea em LS. Como a ADD nos tem apresentado, as tecnologias digitais e ambientes online, não apenas ampliam as possibilidades de comunicação, mas também redefinem os modos de engajamento e expressão dos sujeitos, com particular impacto, segundo nossa pesquisa apontou, na forma de registro concordante com uma língua visual.

Tratamos de tal especificidade no capítulo dois ao trazer o conceito de textualidade diferida proposto por Peluso (2019); conceito este que conforme consideramos, vai além da tradicional escrita, incorporando tecnologias de gravação em vídeo que permitem capturar a natureza tridimensional e dinâmica das línguas de sinais, possibilitando que esses textos sejam acessados e compreendidos fora das coordenadas temporais e espaciais de sua enunciação original.

Em uma era pluritecnológica, conforme citamos, diferentes formas de registro textual coexistem, incluindo a forma como os enunciados em línguas visuais podem ser registrados, manipulados e preservados. Para a comunidade surda, essa distinção é particularmente importante, pois a língua de sinais, sem uma forma tradicional de escrita, encontra nas tecnologias de gravação em vídeo uma maneira eficaz de se perpetuar e expandir. Trata-se, portanto, de um tipo de registro favorável para que a língua de sinais seja tratada como um objeto textual manipulável, que pode ser reinterpretado, transformado e preservado.

Embora tenhamos falado repetidamente nesta pesquisa sobre novas tecnologias digitais e ambientes online contemporâneos, apresentamos também que tal defesa por registros em vídeo dos enunciados em LS, ou a necessidade de se considerar uma textualidade diferida, não é um fenômeno recente. Citamos as ações e legado de George William Veditz, que já no final do século XIX e início do século XX iria de encontro às convenções tradicionais de escrita e leitura ao defender a

importância de produções gravadas em vídeo como forma de registro permanente a fim de preservar e promover a língua de sinais.

Hoje, a utilização de tecnologias digitais para gravar e preservar enunciados em LS segue essa ideia, ampliando ainda mais o alcance e a permanência dessas línguas em uma sociedade cada vez mais conectada e tecnológica. Tais ferramentas têm permitido acesso a esses registros visuais, e possibilitam também a preservação das histórias, conhecimentos e expressões culturais da comunidade surda na própria língua de sinais.

Vimos que tal direito linguístico foi questionado e negado quando trouxemos no capítulo três um breve histórico do período da interdição sofrida pelas línguas de sinais em muitos países, e em consequência disso, os movimentos de resistência da comunidade surda. As associações de surdos funcionaram, especialmente nesse período, como verdadeiros centros de identidade, resistência e, conforme apresentado por Quadros (2017), espaços para se transmitir a língua de sinais de geração em geração dentro da comunidade ao tratar do conceito de "língua de herança".

Por fim, com o respaldo científico conquistado graças aos estudos linguísticos a respeito da legitimidade das línguas de sinais, vimos que os movimentos de resistência ganharam força ao ponto de nas últimas décadas alcançarem amparo legal por meio de políticas públicas que reconhecem e buscam garantir os direitos linguísticos de surdos sinalizantes.

Apresentamos resumidamente aqui, nas considerações nada finais, mas, suficientes para este trabalho, o caminho que percorremos em nossa pesquisa, desde a fundamentação teórica, que envolveu além da Análise de Discurso de filiação materialista, a análise fílmica e a ADD; passamos pelo conceito de textualidade diferida em vista de nosso *corpus* apresentar como materialidade linguística uma língua visual- LIBRAS, e pelos movimentos surdos de resistência. Tal retomada aos principais conceitos abordados nos traz, por fim, algumas conclusões em resultado de nossas análises.

Conforme apresentado no último capítulo, a produção e a circulação do vídeo que compõe o *corpus* central para a análise apresentaram a ironia de forma estratégica ao tratar da luta contínua da comunidade surda frente às estruturas de

poder que tentam invisibilizar ou silenciar o sujeito surdo. As sequências discursivas apresentadas trazem a narrativa dos participantes do vídeo ao descreverem as situações vividas de maneira pública e humorística para reivindicação de seu lugar na sociedade e para questionar a superficialidade de discursos sobre acessibilidade e “inclusão” que muitas vezes não passam de gestos simbólicos. Assim, o vídeo não apenas denuncia práticas capacitistas, mas também pode funcionar como chamada à mobilização e conscientização.

Especialmente nos dois primeiros relatos consegue-se notar as dinâmicas de poder que permeiam, segundo a AD, discursos hegemônicos da “norma ouvinte” ao questionarem a capacidade do professor surdo. Do recorte do Edital que citamos, por exemplo, é possível perceber um discurso subjacente que dita e tenta controlar e limitar a participação efetiva de profissionais surdos nos espaços educacionais e/ou acadêmicos.

O rompante de riso irônico aparece nas cenas não apenas para denunciar as injustiças, mas também afirmar sua identidade e competência profissional, desafiando as limitações impostas e conforme destacou Oliveira (2018), a revolta e o humor são armas de resistência, e a comunidade surda continua a usá-las para afirmar seu lugar legítimo em tais espaços.

Os testemunhos apresentados refletem como o preconceito linguístico e a normalização do comportamento ouvinte ainda são enraizados na sociedade, especialmente no mercado de trabalho. A ironia presente na segunda SD que apresentamos com a expressão “é para surdo, mas, precisava ouvir” revela a absurda contradição enfrentada por surdos sinalizantes, que muitas vezes são excluídos mesmo quando as oportunidades parecem ser destinadas a eles. Essa situação ilustra a contínua marginalização de tais sujeitos e a desvalorização da língua de sinais, evidenciando a necessidade de repensar e reformular práticas que reforçam a hegemonia do modelo ouvinte.

Desta forma, a ironia presente na cena descrita no vídeo não apenas desperta riso, mas também provoca reflexão sobre as barreiras invisíveis e veladas que ainda persistem. Reforça a ideia de que, diante de tais absurdos, o riso é uma forma de lidar com a frustração e uma maneira de resistir. Essa ironia, que transforma o inusitado em humor, permite que a comunidade surda continue resistindo às imposições de

“parecer ouvinte” e reivindicando seu lugar, não apenas como espectadores, mas como protagonistas de suas próprias narrativas.

O humor, nesse contexto, funciona como uma ferramenta de resistência e denúncia, desnudando as inconsistências e o preconceito estrutural. Como citamos anteriormente, conforme apontado por Rezende (2010), o discurso da norma ouvinte não apenas subestima a língua de sinais, mas também impõe um padrão que desqualifica a identidade e as competências dos surdos.

Os depoimentos de todos os participantes em cena expõem a desigualdade no reconhecimento e as barreiras enfrentadas tanto para inserção quanto para a permanência no ambiente de trabalho, revelando uma realidade sistemática de subestimação. A ironia utilizada para descrever as situações vividas— um profissional de TI com pós-graduação relegado a tirar cópias, uma carreira de 15 anos sem promoção e a participação simbólica em um projeto de acessibilidade que falha em ser acessível— destaca a discrepância entre a formação, as habilidades e o potencial desses profissionais e a forma como são percebidos e tratados no mercado de trabalho.

Ao se oporem a essa narrativa que associa a surdez à incapacidade, mostram a resistência contra a formação discursiva que privilegia ouvintes e desconsidera o mérito e a experiência dos surdos. Esses depoimentos revelam que, apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, a realidade no ambiente de trabalho ainda está marcada por preconceitos e práticas excludentes que marginalizam a pessoa surda, principalmente, surdos sinalizantes.

A resistência e protesto expressos através do humor é uma forma de denunciar tais injustiças e de afirmar a identidade e os direitos linguísticos dos surdos em um contexto que constantemente tenta apagá-los. O humor irônico, nesse contexto discursivo, pode funcionar como uma forma de contestação das adversidades enfrentadas pela comunidade surda, ao mesmo tempo em que reafirma a sua existência e resistência frente às interdições históricas e aos desafios atuais.

Acreditamos que as análises aqui apresentadas possam contribuir para a compreensão do funcionamento do humor à luz da AD. Esperamos que as reflexões propostas neste trabalho possam enriquecer tal compreensão do discurso humorístico como uma prática discursiva, especialmente quando empregada por sujeitos

historicamente marginalizados.

Ao utilizarem o humor, esses indivíduos não apenas expressam suas vivências e resistem às opressões, mas também reivindicam de forma criativa o reconhecimento de seus direitos linguísticos e sociais. O humor, nesse contexto, se revela não apenas como um meio de entretenimento, mas como uma estratégia de resistência e subversão, capaz de expor e desafiar as estruturas de poder dominantes.

Têm-se dito que “rir é o melhor remédio”, pode até não o ser, pode não curar qualquer mal, mas, conforme vimos, provocá-lo como prática discursiva pode fazer movimentar alguns sentidos na história.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In: Achard, Pierre et al. Papel da Memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas. SP. Pontes, 1999.
- ANDRÉA, C. d'. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020. (Coleção Cibercultura).
- BAALDAKI, A; CALDAS, B. Como a língua portuguesa se organiza em um espaço de enunciação ampliado. *In: BAALDAKI, Angela; CALDAS, Beatriz (org.) Instrumentos Linguísticos: usos e atualizações*. Araruama, RJ: Editora Cartolina, 2014.
- BAALDAKI, A; CALDAS, B; BUSCÁCIO, L. Movimentos Sociais, Sujeitos Surdos e Resistência. *In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele S; SILVA, Silmara Dela (org.). Discursos de Resistência, literatura, cultura, política*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- BRASIL. LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 de abril de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 13 mai. 2024.
- BRASIL. DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 mai. 2024.
- COSTA. G. C. Discursividades de inclusão e a manutenção da exclusão. *In: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni P. (org.). Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014.
- DIAS. C. A escrita como tecnologia da linguagem. *In: Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento*. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2009. v.2. (Série HiperS@beres).
- DIAS.C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, 2016.
- FERNANDES, S. **Educação de surdos**. 2. ed. atual. Curitiba: Ibpex, 2011.
- FERREIRA, M. C. L. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas: Pontes, 2020.
- FERREIRA, M. C. L. Os desafios de um analista de discurso: um processo sem início nem fim. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, RS, v. 21, n. 2, p. 88-97, jul./dez.

2018.

FRAGOSO, É. A; BAALDAKI, A. C. F; PRATES M. P. G. Libras e Produção de Conhecimento na Região Amazônica: instrumentalização e uma materialidade significativa outra. *In*: FRAGOSO, Élcio Aloisio; CAMARGOS, Quesler Fagundes; FACUNDES, Sidney da Silva (org.). **Conhecimento, ensino e política de línguas na Amazônia**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

GUIMARÃES, E. R. J. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras**, Santa Maria, 2006, v. 27, p. 47-54.

GUIMARÃES, G. T. D. Enunciado. *In*: LEANDRO-Ferreira, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p.79-82.

LAGAZZI, S. Trajetos do sujeito na composição fílmica. *In*: FLORES, G.; GALLO, S., LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas, SP: Pontes, 2017. v. 3.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia. **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2013.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.

LAGAZZI, S. Entre o amarelo e o azul: a história de um percurso. **Língua Instrumento Linguístico**, Campinas, SP, n. 44, p. 290-316, jul./dez. 2019.

MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 12, n. 1, p. 48-63, jan./jun. 2016.

MARQUES, R. R.; OLIVEIRA, J. S. A normatização de artigos acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 3., Florianópolis, 2012. **Anais [...]**. Florianópolis: [s.n.], 2012.

NASCIMENTO, S. P. F. **Representações lexicais da Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: UNB, 2009.

OLIVEIRA, A. S; RADDE, A. Condições de produção. *In*: FERREIRA, M. C. L. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas: Pontes, 2020. p. 47-50.

OLIVEIRA, A.S de. **A causa daquilo que gargalha- humor e discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. Entrevista por Raquel Goulart Barreto. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In: Achard, Pierre et al. **Papel da Memória***. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PAVEAU, M. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Organizadores: Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso***: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PELUSO, L. Los Sordos, Sus Lenguas y Su Textualidad Diferida. **Traslaciones: Revista Latinoamericana de Lectura y Escritura**, v. 5, n. 9, 2018.

PELUSO, L. Consideraciones teóricas em torno a la educación de los sordos: especial, bilingüe, inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

RIGO, N. S. **O que devo fazer com meu privilégio ouvinte?** Instagram: nati.rigo_artes.libras. Disponível em: https://www.instagram.com/nati.rigo_artes.libras. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Processo seletivo – educação básica. Edital Nº 2362/2023 - Retificado pelo edital nº 2420/2023. Florianópolis, SC, 23 de agosto de 2023. Disponível em: <https://concursos.acafe.org.br/site/>. Acesso em: 17 nov. 2023

SILVA, R. C. **Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica**: a prova como foco de análise. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SILVEIRA, C. H. O Lugar do humor surdo no novo momento da cultura surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 57, 2022.

SOUSA, A. N. Abordagem comunicativa e abordagem bilíngue: uma articulação para o ensino de língua inglesa para surdos. *In: QUADROS, Ronice Müller; WEININGER, Markus J. (org.). **Estudos da língua brasileira de sinais III***. Florianópolis: PGET/UFSC; Editora Insular, 2014.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009

VANOYE, F; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 5. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

WILCOX, S; WILCOX, P. P. **Aprender a ver**: o ensino da língua de sinais americana como segunda língua. Trad. Tarcísio de Arantes Leite. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2005.